



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NICOLLE PALHARINI TIBURSO

Terrorismo sexual como arma de guerra: um estudo de caso do fenômeno na República
Democrática do Congo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Relações Internacionais da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),
como exigência parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Laerte Apolinário Júnior.

São Paulo

2025

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Autorizo a disponibilização desta monografia para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, 8 de novembro de 2025

Dedico este trabalho aos meus anjos da guarda,
que nunca deixaram o meu lado: vó Neli, tia Cema,
vô Sérgio e Zoey.

AGRADECIMENTOS

Às vezes ainda me vejo como a menina de dezessete anos que entrou na PUC-SP para cursar Relações Internacionais. Por quatro anos, ser RI-PUC definiu quem eu era, quem conheci e as oportunidades que abracei desde a primeira matrícula. Encerrar esse ciclo me faz oscilar entre medo e curiosidade sobre o que existe além dos corredores entre a Monte Alegre e a Ministro Godói. No meio deste turbilhão, um sentimento não se confunde: gratidão.

Aos meus pais, *Marcela e Marlone*, que nunca mediram esforços para garantir que eu tivesse uma educação de qualidade, ainda que vocês não tenham tido essa sorte. Espero sempre fazer o máximo das oportunidades e caminhos que vocês abrem para mim. Vocês estão em tudo o que faço, desde aprender inglês, até minha efetivação e neste TCC também.

À *Manuela*, minha pessoa e melhor companhia: desde que nos conhecemos – bem em frente ao Tuca – você me incentiva a ser corajosa. Aqui não foi diferente. Obrigada por me manter confiante e por ser minha calma quando eu sozinha não consigo aquietar a mente.

Às irmãs que essa vida me deu: *Sofia, Luiza A., Duda X., Mariana M. e Fernanda*, quase tudo que eu sei sobre amor e parceria, aprendi por ter crescido com vocês. Que alegria ter vocês em mais este capítulo. À *Dominique*, uma das mentes mais brilhantes que terei a sorte de encontrar – e com quem encerro, oficialmente, nossos trabalhos incríveis em dupla. Obrigada por me mostrar que a vida pode ser mais simples e cheia de cores para quem tem uma artista como você por perto. À *Malu*, às vezes somos tão parecidas que até assusta – e é curioso como aquilo que não vemos em nós, enxergamos com nitidez uma na outra. Obrigada por ser a amiga com quem converso pelo olhar e por ser a carona que eu sempre quero dar, mesmo que, depois de 4 anos, você ainda ache que vou errar o caminho.

À *Ananda, Beatriz, Deise, Duda C., Fernando, Lucas, Luiza B. e Mariana P.*, amigos e confidentes que dividiram essa jornada comigo desde o MA1: são tantos auges que meu coração transborda! É raro e muito especial, em um grupo tão grande, admirar cada pessoa por motivos tão próprios; eu poderia falar horas sobre cada um. Por ora, deixo o essencial: já morro de saudades de terminar um dia de trabalho com a certeza de que vou encontrar vocês para rir e falar besteira. Nada teria sido igual – nem tão bom – sem cada um de vocês.

Por fim, agradeço ao *Prof. Laerte* pela orientação cuidadosa, das correções à gentileza de tornar o Excel menos assustador (os gráficos deste trabalho existem graças a você!). Ao *corpo docente RI-PUC*, obrigada pelas aulas que revisei ao escrever e que vou lembrar para sempre. Este TCC leva um pouco de cada um de vocês. Obrigada por terem alimentado meu olhar curioso e por me darem a certeza de que, aos dezessete anos, fiz a escolha certa.

RESUMO

Esta pesquisa investiga o uso sistemático do terrorismo sexual como arma de guerra na República Democrática do Congo (RDC), analisando como a violência sexual em contextos de conflito armado é instrumentalizada com fins políticos, econômicos e sociais, consolidando-se como prática terrorista. Esta pesquisa demonstra que, na RDC, a violência sexual opera como terrorismo pela governança do medo, articulada à economia política da extração mineral. Com base em um estudo de caso qualitativo, na literatura especializada e em relatórios, aplicam-se as lentes teóricas de Héctor Saint-Pierre (níveis tático, estratégico e político) e de gênero para distinguir duas modalidades complementares de terrorismo sexual: a política centralizada (comando e ocupação de territórios/rotas de extração mineral) e a norma difusa (prática oportunista sustentada por permissividade e impunidade estrutural). Defende-se, assim, que a violência sexual e baseada em gênero não é efeito colateral do contexto permanente de guerra, mas sim um mecanismo deliberado de disciplinamento comunitário e de viabilização de cadeias extrativas militarizadas. Ao evidenciar indicadores verificáveis – como padrões de crueldade, terror generalizado, deslocamentos, captura de minas ou rotas –, esta pesquisa contribui para os Estudos de Segurança e para os Estudos Africanos a partir da interseccionalidade de gênero e de uma perspectiva crítica, questionando a suficiência de respostas tecnocráticas e defendendo ações internacionais voltadas ao enfrentamento de causas estruturais.

Palavras-chave: República Democrática do Congo; Terrorismo sexual; Minerais de Conflito.

ABSTRACT

This research investigates the systematic use of sexual terrorism as a weapon of war in the Democratic Republic of the Congo (DRC), analysing how sexual violence in armed-conflict contexts is instrumentalized for political, economic, and social ends, consolidating itself as a terrorist practice. This research demonstrates that, in the DRC, sexual violence operates as terrorism through the governance of fear, articulated with the political economy of mineral extraction. Based on a qualitative case study, specialized literature, and reports, the research applies theoretical lenses of Héctor Saint-Pierre (tactical, strategic, and political levels) and of gender to distinguish two complementary modalities of sexual terrorism: centralized policy (command and occupation of mineral rich territories/routes) and diffuse norm (opportunistic practice under permissiveness and structural impunity). Thus, it is argued that sexual and gender-based violence is not a collateral effect of the permanent context of war, but a deliberate mechanism of community disciplining and of enabling militarized extractive chains. By making verifiable indicators explicit (patterns of cruelty, generalized terror, displacement, seizure of mines/routes), the study contributes to Security Studies and African Studies from an intersectional gender and critical perspective, questioning the sufficiency of technocratic responses and advocating international actions that address structural causes.

Keywords: Democratic Republic of Congo; Sexual Terrorism; Conflict Minerals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Localização das minas na RDC por tipo de minério.....	14
Gráfico 1 –	Quantidade de sítios de mineração por província.....	14
Gráfico 2 –	Quantidade de grupos armados presentes por número de sítios de mineração.....	15
Gráfico 3 –	Fluxos migratórios na RDC (1996-2024).....	42
Figura 2 –	Concentração de eventos de violência política na RDC no último ano.....	43
Figura 3 –	Tipos de eventos de violência política com maior exposição de civis.....	43
Figura 4 –	Fluxograma: Do extrativismo transnacional ao terrorismo sexual na RDC.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grupos armados, formas de financiamento e coerção.....	18
Tabela 2 – Indicadores de terrorismo sexual a partir das lentes teóricas de Saint-Pierre (2003).....	38
Tabela 3 – Hipóteses preditivas sobre a violência sexual na RDC.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Alphamin Bisie Mining
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados
CNDP	Congrès National pour la Défense du Peuple
CODECO	Coopérative pour le Développement du Congo
DDR	Desarmamento, desmobilização e reintegração
FARDC	Forças Armadas da República Democrática do Congo
FDLR	Forces Démocratiques de Libération du Rwanda
FPR	Exército Patriótico Ruandês
GTT-MH	Grupo Temático de Trabalho sobre Minas e Hidrocarbonetos da Sociedade Civil do Norte-Kivu
IDPs	Deslocados internos
IPIS	International Peace Information Service
ITSCI	International Tin Supply Chain Initiative
MAPE	Mineração artesanal e de pequena escala
MSF	Médicos Sem Fronteiras
NDC-R	Nduma Défense du Congo – Rénové
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PEPFAR	President's Emergency Plan for AIDS Relief
RCD	Rassemblement Congolais pour la Démocratie
RDC	República Democrática do Congo
RDF	Forças de Defesa de Ruanda

RINR Iniciativa Regional contra a Exploração Ilegal de Recursos Naturais

VSBG Violência sexual e baseada em gênero

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A ECONOMIA POLÍTICA DA VIOLÊNCIA NA RDC.....	13
3	AS LENTES TEÓRICAS PARA COMPREENDER O TERRORISMO SEXUAL NA RDC COMO ARMA DE GUERRA.....	27
4	O TERRORISMO SEXUAL NA RDC.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Os anos de violência na República Democrática do Congo (RDC) resultaram em uma tradição de graves violações dos direitos humanos expressas na prática do terrorismo sexual, por condições de vida precárias e pelo financiamento de conflitos armados na região para viabilizar a exploração econômica lucrativa de recursos naturais (Mejer, 2010). Em perspectiva histórica, teoricamente, a RDC estaria em paz desde 2003, quando foi encerrada a Segunda Guerra do Congo (1998–2003); na prática, o que se viu foi a proliferação e o fortalecimento de grupos armados na região – ao lado de segmentos das próprias Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) (Hanai, 2021). De acordo com Matthysen e Gobbers (2022), em contraste à Primeira Guerra do Congo (1996-1997), majoritariamente política diante de uma transição de poder, a Segunda Guerra do Congo foi motivada por razões econômicas, relacionadas ao acesso, controle e domínio das zonas de mineração entre a RDC, Ruanda e Uganda.

Diante desse cenário, a principal manifestação humanitária no país se deu através da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), fundada em 1999. Apesar da presença internacional persistente há mais de duas décadas, a missão na RDC é amplamente avaliada como ineficaz, com pouco impacto sobre a estrutura de exploração degradante gerada pelo conflito (Dixon, 2012). Para entender as razões para tal, destaca-se que o poder local é concentrado na mão de uma elite político-militar fragmentada entre milícias e paramilitares, mas presente também na própria estrutura do governo (De Vries, 2015).

Somada à descentralização do poder e à incapacidade administrativa, a RDC lida com “completa falta de vontade política para realizar quaisquer mudanças ou reformas” (De Vries, 2015, p. 20, tradução própria). A força motriz dessa inação tem origem na atividade extrativa e é garantida pela militarização das minas, catalisada pela desregulamentação do setor que permite acesso irrestrito e consolida um mercado transnacional baseado na guerra. Diante de um poder de compra interno extremamente limitado e de um setor industrial nacional pouco desenvolvido, questiona-se o destino e a lucratividade da extração: a resposta está na demanda da comunidade internacional e de multinacionais que financiam a atividade, beneficiando-se do ouro, estanho, tungstênio e coltan utilizados na produção de eletrônicos, e que, portanto, se mantêm coniventes e diretamente associadas às brutalidades atreladas à mineração. Dentre elas, está o tema de pesquisa escolhido: o terrorismo sexual, mais especificamente, o uso sistemático da violência sexual e baseada em gênero (VSBG) como arma de guerra na RDC. Ao longo dos anos, pesquisas denunciam como a reincidência e o aumento de casos de violência sexual no

país estão associados à efetividade desse tipo de violência como arma de guerra, e a seu sucesso em submeter e/ou punir comunidades inteiras para realização de objetivos políticos e econômicos (Werchick, Pratt, 2004).

A relevância do tema reside na gravidade do impacto dessa prática sobre as mulheres congoleesas e suas comunidades, bem como no papel da comunidade internacional e de atores privados na manutenção desse cenário. Ademais, a temática escolhida é de extrema relevância para o estudo das Relações Internacionais por trazer novas contribuições aos campos tradicionais existentes, mas também por sua originalidade em áreas de interesse ainda pouco exploradas. O tema se utiliza de conceitos tradicionais da segurança como intervenções internacionais, terrorismo e novas guerras, e os expande por meio de uma análise crítica das relações Norte-Sul Global permeadas pela lógica do capital. Mais ainda, a pesquisa se localiza no escopo dos estudos de África, ainda amplamente negligenciados, principalmente diante do recorte de gênero proposto.

A pesquisa foi conduzida como um estudo de caso qualitativo buscando compreender a violência sexual em conflitos armados não como efeito colateral, mas como prática estruturante de governança do medo para exploração econômica. Para tanto, foram combinadas duas estratégias metodológicas complementares. Primeiro, utilizou-se o *process tracing*, entendido como a reconstrução de mecanismos causais que conectam variáveis explicativas a resultados, permitindo detalhar os nexos entre militarização das cadeias minerais, práticas de terrorismo sexual e perpetuação do conflito (Bennett, George, 2005; Beach, Pedersen, 2013). Essa técnica possibilitou mapear sequências temporais e evidências intermediárias, revelando como decisões de atores armados e condições estruturais se transformam em rotinas de violência contra civis.

Em segundo lugar, adotou-se o *pattern matching*, definido como a comparação entre padrões previstos teoricamente e aqueles observados empiricamente, de modo a testar hipóteses por meio de aproximações e desvios (Yin, 2009; Trochim, 2001). Essa estratégia foi empregada para confrontar as dinâmicas observadas nos dados com os padrões previstos pelas teorias de Saint-Pierre, Segato, Kaldor, Butler, Pateman e Baaz & Stern, permitindo avaliar a violência sexual tanto como política centralizada quanto como norma difusa.

As fontes incluíram relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e do Painel de Peritos da ONU na República Democrática do Congo; documentos de ONGs como Human Rights Watch, Global Witness, Panzi Foundation, Médicos Sem Fronteiras e IPIS; além de literatura acadêmica revisada por pares e bases estatísticas como ACLED e Kivu Security Tracker. As unidades de análise foram três: eventos de violência sexual (estupros coletivos e mutilação

genital, por exemplo); sítios de mineração ligados a disputas armadas; e entidades armadas envolvidas (milícias, FARDC e grupos estrangeiros). Para reconhecer empiricamente o terrorismo sexual, o trabalho adota como indicadores: a ocorrência de estupros usados para instaurar terror coletivo; deslocamentos forçados subsequentes à violência; padrões de tributação e extorsão associados a práticas sexuais e outras violências coercitivas; e a ocupação de sítios de extração mineral após ciclos de violência. A validação foi feita por triangulação entre registros documentais, dados geográficos e estatísticas independentes. Por se tratar de tema sensível, a pesquisa seguiu cuidados éticos: uso de linguagem centrada na sobrevivente, descrição de crueldades apenas quando indispensáveis para demonstrar sua função estratégica e reconhecimento da subnotificação como elemento estrutural da análise.

Para cumprir os objetivos desta pesquisa, a argumentação se organiza em três seções principais. Na primeira, examina-se a economia política da violência no leste da RDC, com foco nas dinâmicas extrativistas, na militarização das cadeias produtivas e no papel das intervenções econômicas internacionais. A segunda seção sistematiza a bibliografia e teorias ao redor do terrorismo sexual, mapeando debates conceituais e aportes de gênero e segurança – com ênfase na tipologia de Héctor Saint-Pierre (níveis tático, estratégico e político) e em autores que tratam da funcionalidade política, econômica e simbólica da violência sexual em conflito. Por fim, operacionaliza-se esse arcabouço teórico no caso congolês, definindo indicadores, fontes e procedimentos de análise, e aplicando o modelo para demonstrar como modalidades distintas de violência sexual (centralizada e difusa) convergem para objetivos e efeitos comuns – disciplinamento social, deslocamento e consolidação de controle territorial e extrativo.

Diante desse panorama, a pesquisa parte da pergunta central: “de que modo e com quais mecanismos a violência sexual é instrumentalizada como terrorismo – em suas dimensões tática, estratégica e política – para viabilizar o controle territorial e a extração mineral no leste da República Democrática do Congo desde 1996?”. A tese defendida é que a violência não constitui efeito colateral da guerra, mas um meio estratégico de governança do medo, capaz de desarticular comunidades, normalizar a presença armada e abrir caminhos logísticos para cadeias extrativas militarizadas. Esse processo se desenvolve em interação com atores transnacionais e é reforçado por reformas tecnocráticas intencionalmente ineficazes de rastreabilidade mineral.

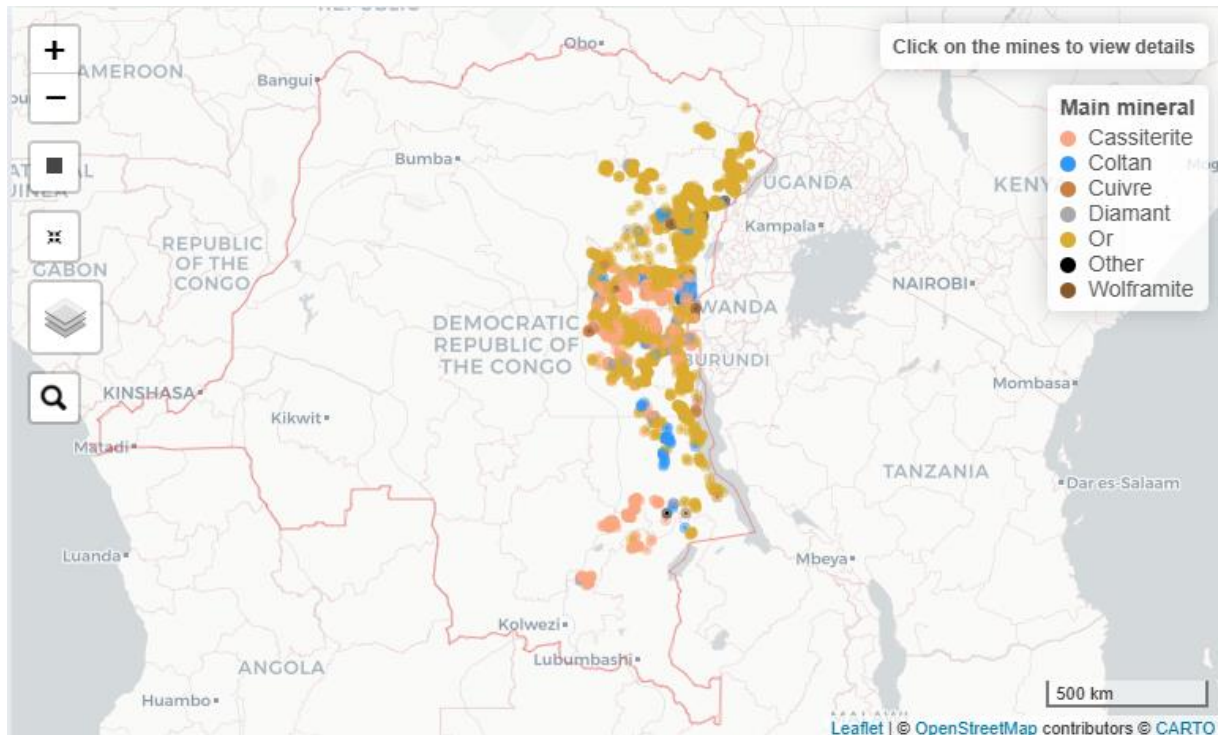
2 A ECONOMIA POLÍTICA DA VIOLÊNCIA NA RDC

Estima-se que aproximadamente US\$24 trilhões em recursos minerais continuam inexplorados na República Democrática do Congo (RDC) (International Trade Administration, 2024). O impressionante número permite a elaboração de algumas reflexões sobre a razão pela qual as regiões montanhosas do país – no sul e no leste – estão entre as mais ricas em recursos minerais no mundo e o porquê a exportação de minérios constitui a principal fonte de receitas da economia congoleza (Shengo et al., 2019); mas, principalmente, desperta um alerta à potencialidade de expansão dos conflitos atrelados à exploração mineral na região.

Segundo a Global Witness (2022), RDC e Ruanda respondem por quase metade da produção mundial dos metais refinados que abastecem a cadeia global de eletrônicos para a fabricação de produtos como telefones, computadores, sistemas automotivos e aeronáuticos. A mineração artesanal e de pequena escala (MAPE) sustenta o comércio internacional desses recursos e também constitui fonte essencial de sustento de comunidades rurais no país. Todavia, grande parte desses minérios é indevidamente explorada: milícias, redes criminosas e autoridades corruptas dominam os sítios minerários, desviam os lucros e instauram regimes de militarização, em detrimento dos direitos humanos da população civil local.

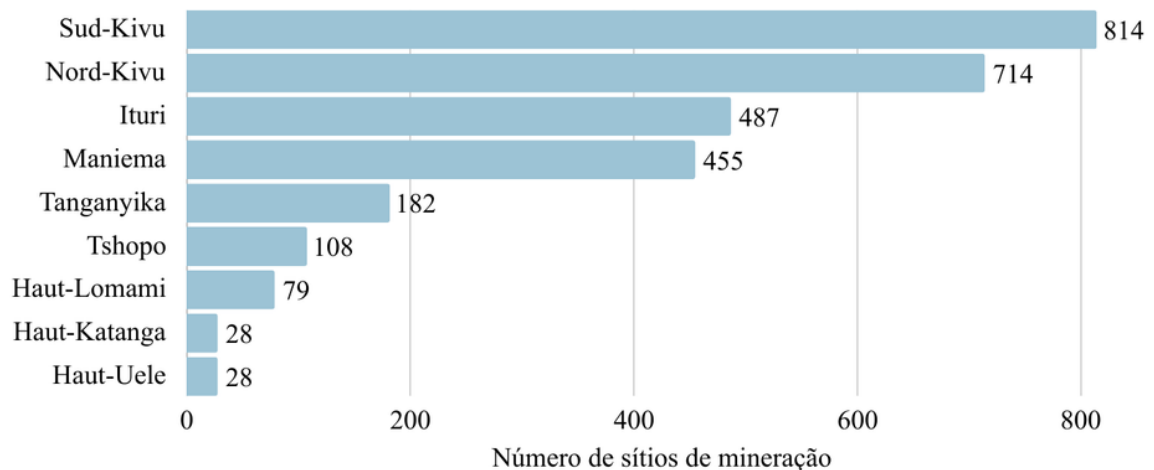
É nesse contexto que o International Peace Information Service (IPIS) realiza pesquisas qualitativas para fomentar cadeias mais responsáveis na MAPE. Desde 2009, a instituição mapeou mais de 2.800 locais de mineração artesanal no leste da RDC, reunindo dados primários sobre presença de grupos armados, minerais extraídos, preços, perfil dos trabalhadores, rotas comerciais e impactos ambientais (IPIS, 2023). Entre 2021 e 2023, a pesquisa abrangeu 829 sítios ativos, com cerca de 132.320 trabalhadores. Os dados indicam o ouro como principal mineral (envolve 85% dos mineradores), seguido pelos chamados minerais “3T” – cassiterita (minério de estanho), coltan (minério de tântalo) e wolframita (minério de tungstênio). Em termos de localização, as províncias com maior concentração de minérios são Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri (Figura 1 e Gráfico 1).

Figura 1 – Localização das minas na RDC por tipo de minério



Fonte: Artisanal mining in DR Congo - IPIS Open Data Dashboard (IPIS, 2025)

Gráfico 1 – Quantidade de sítios de mineração por província

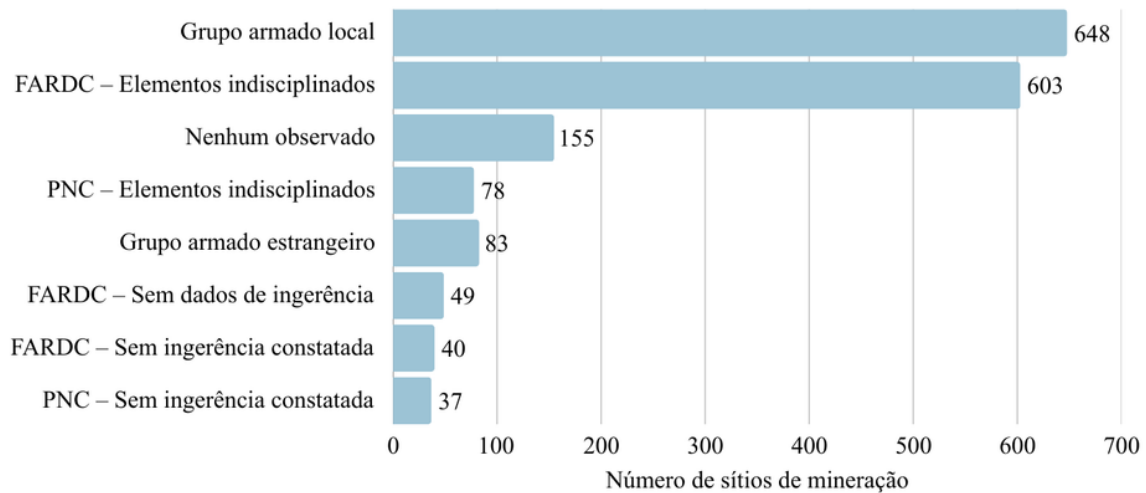


Fonte: Elaboração própria, a partir de Artisanal mining in DR Congo - IPIS Open Data Dashboard (IPIS, 2025)

Os dados do IPIS (2023) também revelam que a interferência armada, para além das condições precárias de trabalho, no setor de MAPE permanece significativa. Essa terminologia contempla qualquer situação em que grupos armados não estatais, unidades do exército ou redes criminosas armadas se beneficiam da exploração ou do comércio de minerais; sua atividade

varia desde cobrança de taxas e extorsão, até violência deliberada. Conforme demonstrado pelos levantamentos recentes, aproximadamente 52% dos locais de mineração e 61% do total de trabalhadores – o que representa cerca de 80.425 pessoas – continuam sendo afetados pela interferência armada na RDC (IPIS, 2023) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Quantidade de grupos armados presentes por número de sítios de mineração¹



Fonte: Elaboração própria, a partir de Artisanal mining in DR Congo - IPIS Open Data Dashboard (IPIS, 2025)

Evidencia-se que o setor mineral no país se estrutura sob uma lógica de militarização, pela qual o controle territorial e a extração de recursos financiam diretamente grupos armados. Em grande medida, a comercialização ocorre por rotas clandestinas que atravessam Ruanda e Burundi, o que permite acesso aos mercados internacionais contornando a devida regulamentação. Além disso, o papel dos *comptoires* – casas comerciais – é fundamental nesse escoamento, pois intermediam transações entre grupos armados e empresas estrangeiras (Global Witness, 2009). Embora registradas formalmente, muitas dessas casas, como Groupe Olive e Muyeye, são identificadas como facilitadoras do comércio ilícito. Elas compram minerais por vezes extraídos sob controle ou em benefício de grupos armados e os repassam, em sua maioria, a empresas internacionais que alegam desconhecimento ou que se isentam em justificativas de legalidade formal (Global Witness, 2009). De acordo com a Global Witness (2009), empresas ao redor do mundo como THAISARCO (Tailândia), Afrimex (Reino Unido), Trademet e Traxys (Bélgica), bem como corporações da China, Índia e Rússia, figuram entre os principais compradores desses minerais.

¹ Múltiplos grupos podem estar presentes no mesmo sítio de mineração.

Ao longo dos anos, uma gama de argumentos foi desenvolvida para explicar o elo entre conflitos armados e a exploração de recursos naturais (Matthysen; Gobbers, 2022). No caso africano, essa correlação se revela persistente (Laudati, 2013). O Conflict Barometer de 2023 do Instituto de Heidelberg (HIIK) aponta que, naquele ano, houve 23 conflitos por recursos na África Subsaariana, dos quais 17 evoluíram para violência armada (8 crises violentas, 5 guerras limitadas e 4 guerras). No plano global, houve 108 registros, 78 de alta intensidade. Comparativamente, a região apresenta menor frequência absoluta, mas maior proporção de casos que escalaram para guerra (limitada ou total) do que a média mundial, o que sugere uma tendência regional de maior intensidade nos conflitos por recursos.

Dentre as explicações traçadas na literatura para justificar tal associação, Le Billon (2012) apresentou a seguinte categorização, cujos conceitos devem ser entendidos de forma holística (Matthysen; Gobbers, 2022): *conflict resources* (em inglês, recursos de conflito), isto é, recursos que viabilizam financeiramente o esforço de guerra; *resource conflict* (em inglês, conflito por recursos), conflitos cuja gênese reside na competição por recursos; e *resource curse* (em inglês, maldição dos recursos), que dá ênfase aos riscos produzidos pela má governança dos recursos (Matthysen; Gobbers, 2022). Por sua vez, Hanai (2021) sistematiza que o papel dos recursos varia conforme a fase do conflito e o modo de envolvimento (motivação ou meio), podendo atuar como motivo para a deflagração, como mecanismo de eclosão, como instrumento de manutenção e, ainda, como impulso para a perpetuação da violência (Hanai, 2021).

Nesse enquadramento, Matthysen e Gobbers (2022) indagam, no caso da RDC, se os recursos são a origem do conflito ou se operam sobretudo como engrenagem financeira de sua continuidade. Empiricamente, os autores apontam, no leste do país, três vínculos diretos entre mineração e violência: 1) disputas locais pelo acesso a recursos; 2) proliferação de grupos de autodefesa como Mai-Mai, Nyatura e Raïa Mutomboki, criados para proteção comunitária frente a ameaças externas (como as FDLR – Forces Démocratiques de Libération du Rwanda e empresas estrangeiras), mas que passaram a monetizar a extração; e 3) participação direta de unidades das Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) no setor mineral (Matthysen; Gobbers, 2022).

Esse retrato doméstico reforça que a economia política da guerra não é apenas financeira, mas também institucional. Em diálogo com esse debate, Sullivan e Atama (2010) sustentam que, contra leituras que reduziriam a militarização da mineração no leste congolês a mero sintoma de um setor de segurança disfuncional e de uma governança precária, os chamados minerais de conflito funcionam simultaneamente como causa e como produto do

próprio processo de deterioração do aparato estatal do país. Esse argumento ilumina a complexidade da economia política da guerra na RDC defendida nesta pesquisa.

Embora os recursos naturais sejam relevantes em diversas lutas armadas, lê-los como única lente analítica tende a estreitar o diagnóstico, simplificar excessivamente a realidade e obscurecer outros vetores de violência e fontes de financiamento de grupos armados (Matthysen; Gobbers, 2022). Em vez disso, sublinha-se a complexidade da economia política do conflito: um arranjo dinâmico (Wennmann, 2007), que responde às políticas e regulações impostas às quais os atores armados reagem adaptando continuamente seus mecanismos de financiamento.

Em consonância, Ann Laudati (2013) apresenta o conceito de “economias da violência” e propõe uma revisão ampliada das concepções tradicionais sobre as guerras por recursos naturais, também a partir do caso congolês. Sua abordagem leva em conta a diversidade de práticas nas quais os grupos rebeldes estão engajados para além da mineração. Classificada como um exemplo emblemático da “maldição dos recursos”, a RDC tem seu histórico de graves violações de direitos humanos amplamente atribuídas à disputa pelo controle de seus vastos depósitos minerais (Laudati, 2013). Contudo, em algumas regiões, estudos revelam que as tensões e a insegurança não estão fortemente associadas à disputa por minérios (IPIS, 2023). Matthysen e Gobbers (2022) enfatizam que os grupos armados se apropriam de qualquer recurso que ofereça possibilidade de controle econômico – sejam bens agrícolas, financeiros ou minerais. Os relatórios do Painel de Peritos da ONU na RDC (2008, 2009, 2024) corroboram essa visão ao mostrarem que fontes de renda como a cobrança de pedágios em rotas comerciais, a taxação de mercados locais e o domínio de postos fronteiriços coexistem com a exploração mineral como formas de financiamento de milícias (Tabela 1).

Concretamente, Matthysen e Gobbers (2022) detalham como grupos armados e atores estatais extraem receitas. Em Ituri, a *Coopérative pour le Développement du Congo (CODECO)* é acusada de atrocidades e de explorar economicamente a mineração artesanal de ouro, impondo tributos, confiscando minas e forçando trabalho. Em reação, milícias e outros grupos também passaram a controlar minas e a tributar (Matthysen; Gobbers, 2022). Em Kivu do Norte, o *Nduma Défense du Congo – Rénové (NDC-R)* ilustra a disputa direta por recursos, fragmentado em *NDC-R/Guidon* e *NDC-R/Bwira* (esta apoiada pela FARDC), ambas em conflito por minas de ouro. Em Kivu do Sul, os *Raïa Mutomboki*, hoje se financiam por tributação em minas e bloqueios de estradas, além de saques ocasionais. A própria FARDC, por sua vez, beneficia-se da atividade mineral, com extorsões, “proteção” e acordos de partilha de lucros (Matthysen; Gobbers, 2022). Destaca-se que, independentemente da fonte de financiamento, existem

registros vinculando agentes de cada um dos grupos mencionados acima a episódios de violência sexual e baseada em gênero.

Tabela 1 – Grupos armados, formas de financiamento e coerção

Grupo armado / ator	Fonte principal de renda	Táticas de coerção sobre civis	Relação com minas/rotas
M23 / AFC	Coltan (Rubaya), tributos locais, apoio externo (Ruanda)	Expulsão forçada, estupros coletivos em campos de deslocados, cobrança de taxas	Controle direto de minas (Rubaya, Lumbishi); rotas via Ruanda
CODECO - Coopérative pour le développement du Congo (Ituri)	Ouro (Djugu, Mahagi); taxas sobre garimpeiros	Estupros seguidos de assassinato; sequestros; massacres comunitários	Controle de lavras artesanais; interferência em estradas
Zaire (milícia Hema)	Taxas de “proteção” (20% da produção artesanal); extorsão em rotas	Estupros coletivos punitivos; homicídios seletivos	Controle de minas mecanizadas (Banyali Kilo); postos de controle
Mai-Mai / Nyatura / Raia Mutomboki	Tributação de estradas; extorsão em vilarejos; venda de minerais	Violência difusa: estupros oportunistas, saques, rapto de mulheres	Controle parcial de minas em Kivu; extorsão em rotas
FARDC	Extorsão de mineradores; “segurança” de minas; colaboração com milícias	Estupros por soldados; prostituição forçada; exploração em campos de deslocados	Participação em minas de ouro/coltan; interferências militares
FDLR	Carvão e madeira de Virunga; contrabando mineral	Estupros em represália; sequestros para resgate	Controle de áreas florestais e rotas para Ruanda
ADF (Ituri/Kivu do Norte)	Cacau, sequestros, contrabando de armas	Escravidão sexual; violência contra civis em cativo	Domínio de rotas comerciais; pilhagem em vilarejos

Fonte: Elaboração própria, a partir de ONU, 2025; IPIS, 2023; Human Rights Watch, 2023; Anistia Internacional, 2025; KST, 2021; MSF, 2024; Autesserre, 2012.

O argumento central de Laudati (2013) estabelece que o fato de a violência se manter em áreas com baixa concentração de minérios, reforça a necessidade de repensar as explicações centradas exclusivamente na mineração. Do ponto de vista da formulação de políticas públicas, isso implica reconhecer que romper o vínculo entre recursos minerais e grupos armados não será, por si só, uma solução eficaz para a pacificação do território (Laudati, 2013). Compreender como os grupos armados se inserem em circuitos econômicos diversos e também em uma conjuntura estrutural muito específica, marcada por dinâmicas de colonialidade e de gênero, é crucial não apenas para explicar a resiliência do conflito, mas também para entender como essas práticas moldam a paisagem política e social da violência.

Séverine Autesserre (2012) argumenta que três narrativas simplificadas passaram a dominar o discurso internacional sobre o conflito no leste da RDC: a exploração ilegal de recursos minerais como principal causa da violência; o abuso sexual contra mulheres e meninas como a principal consequência; e a reconstrução da autoridade estatal como solução central (Autesserre, 2012). Embora essas narrativas tenham permitido mobilização internacional e ações concretas, Autesserre mostra que seu predomínio obscureceu causas, impactos e soluções alternativas igualmente importantes, como matérias que tangem conflitos por terra, corrupção, exclusão social e outras formas de violência. Com base em extensa pesquisa etnográfica, ela conclui que a adoção dessas narrativas gerou resultados que, muitas vezes, contradizem seus objetivos declarados – contribuindo, por exemplo, para o fortalecimento de grupos armados e para o uso estratégico da violência sexual.

O IPIS (2023) também corrobora o posicionamento de Autesserre ao criticar o paradigma dos chamados “minerais de conflito”, ou “3TG” (estanho, tungstênio, tântalo e ouro). Por anos, esse conceito estruturou a compreensão da relação entre a mineração e conflitos armados na região; no entanto, ele desconsidera que, mesmo havendo participação de recursos minerais no conflito, esses não constituem sua única causa. Embora a mineração ainda ocorra sob forte influência militar, os conflitos envolvendo recursos naturais são marcados por múltiplas camadas de complexidade (IPIS, 2023).

As dinâmicas expostas evidenciam a relação entre insegurança, grupos armados e exploração mineral, atravessada por fatores econômicos, políticos e sociais. Os vetores que impulsionam a violência no país vão de disputas locais como terra, acesso a recursos, poder tradicional e identidades; a problemas nacionais, como instabilidade política, desconfiança institucional, corrupção e fragilidade estatal; além de uma dimensão regional marcada por refúgio, tensões interestatais e redes transfronteiriças. Diversos grupos armados exploram o descontentamento local diante desses fatores para justificar e legitimar sua existência

(Matthysen; Gobbers, 2022). Nesse cenário, a ONU adotou missões de paz, a exemplo da MONUSCO, e aplicou sanções com foco em embargo de armas, bloqueio de ativos e restrições de viagem a certos atores; porém, não avançou com um embargo específico aos chamados “minerais de conflito”, avaliando que a medida poderia afetar negativamente populações cuja subsistência dependiam da mineração e considerando, ainda, pressões de governos e corporações de países industrializados (Hanai, 2021).

Nesse momento, os vínculos entre mineração e conflito passaram a ser examinados com maior profundidade, e ganharam impulso iniciativas de regulação do comércio de recursos naturais voltadas à mitigação e resolução de conflitos. No caso da RDC, a regulamentação dos minerais de conflito não se baseou em proibições diretas, mas em mecanismos de *due diligence* da cadeia de produção, ou “diligência devida sobre recursos”, que exigem de empresas garantias de que os minerais utilizados em suas cadeias produtivas foram extraídos e processados de forma ética, sem financiar grupos armados e sem origem em regiões de conflito (Matthysen; Gobbers, 2022). Esse modelo regulatório busca não interromper completamente o comércio, mas sim responsabilizar os agentes econômicos pela rastreabilidade e pela transparência em suas práticas (Global Witness, 2017).

O marco da adoção desses mecanismos aconteceu em dezembro de 2010, quando a RDC, Ruanda e Uganda – juntamente com outros oito países da região – promoveram a “Declaração de Lusaka” (Global Witness, 2017). Entre os compromissos assumidos, destaca-se a adoção formal de um modelo em cinco etapas elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em uma tentativa de melhorar a governança do setor (Global Witness, 2022). Esse modelo orienta as empresas sobre os procedimentos a seguir para identificar, gerenciar e relatar riscos presentes em suas cadeias de suprimento, como a violação de direitos humanos, apoio direto ou indireto a grupos armados e subornos. Segundo a Global Witness (2022), o guia da OCDE se tornou padrão global para práticas responsáveis no setor mineral. A partir de 2012, a RDC e Ruanda formalizaram essas diretrizes em suas legislações, e, dois anos depois, empresas locais começaram a divulgar relatórios de conformidade, geralmente publicados pelo Ministério das Minas do Congo e pela plataforma da iniciativa International Tin Supply Chain Initiative (ITSCI), voltada ao monitoramento e rastreabilidade do fornecimento de estanho e minerais associados (Global Witness, 2022).

A implementação de mecanismos de *due diligence* eram parte de um processo maior, de uma reforma mineral no Congo, que incluiu também a formulação de um código de mineração do país (IPIS, 2023). Essa reforma, todavia, enfrenta obstáculos estruturais que

comprometem sua eficácia. Segundo relatório do IPIS (2023), em primeiro lugar, a credibilidade dos sistemas de rastreabilidade depende de agentes estatais, que muitas vezes exploram esses mecanismos para benefício próprio – como a venda ilegal de etiquetas de certificação – e evitam áreas remotas devido à insegurança, limitando o monitoramento à esfera comercial urbana. Além disso, tais reformas dificultam o acesso físico e social aos recursos minerais, aumentando a desigualdade socioeconômica e beneficiando elites locais em detrimento dos mineradores artesanais.

Estratégias excludentes adotadas por essas iniciativas, como a remoção de comerciantes locais considerados ilegítimos, ignoram o papel socioeconômico vital desses atores e podem agravar os conflitos locais (IPIS, 2023). Também se observa um foco excessivo na segurança e na rotulagem de “minerais de conflito”, sem avanços estruturais concretos, o que levanta questionamentos sobre a sustentabilidade e legitimidade dessas medidas. Em alguns casos, surgem até “conflitos de reforma” (IPIS, 2023, p. 43, tradução própria), como disputas entre cooperativas ou entre empresas e sistemas de rastreabilidade. A falta de avaliações transparentes e o uso político de estruturas de governança locais evidenciam a fragilidade institucional.

Exemplo prático das limitações desses mecanismos está em um relatório de 2017 da Global Witness, que identificou que, das 65 empresas analisadas, 36 falharam em compartilhar seu relatório de *due diligence* em 2015. A organização também averiguou que a qualidade dos relatórios variava muito, apesar das orientações da OCDE, de modo que apenas 2 das empresas contempladas descreveram em detalhe os riscos que encontraram em sua cadeia de fornecimento mineral e o que fizeram diante do problema. Em análise de números mais recentes, a ITSCI, que se consolidou como um programa alinhado à OCDE, vem publicando relatórios sobre rastreabilidade para minerais “3T”. Com alcance na região dos Grandes Lagos Africanos, a organização monitora mais de 2.700 minas de 3T no Burundi, RDC, Ruanda e Uganda. Em seu relatório mais recente de 2023, a organização registrou que, por meio de suas ações de promoção de *due diligence* nas cadeias, 1.763 incidentes foram registrados. É importante ressaltar que, embora 44% das minas tenham algum tipo de associação ou cooperação, a maioria continua operando fora de padrões reconhecidos de *due diligence* (IPIS, 2023).

O papel da ITSCI tem relevância por si só, mas a conjuntura na qual essa se encontra traz uma reflexão importante sobre os limites desses mecanismos, como defendido pela literatura recente. O relatório “*The ITSCI Laundromat*” (Global Witness, 2022) revela falhas estruturais no esquema de rastreabilidade de minerais da organização. A iniciativa,

originalmente criada para garantir cadeias de suprimento livres de conflito, tem sido instrumentalizada para legalizar minerais provenientes de áreas controladas por milícias, como os Raia Mutomboki, e de minas não validadas. Segundo o relatório, em locais como Nzibira e Lubuhu, até 80% dos minerais rotulados como “responsáveis” estavam contaminados por práticas ilegais, incluindo extorsão armada e trabalho infantil. A investigação mostra ainda que agentes públicos, funcionários do ITSCI e intermediários comerciais participam ativamente desse processo de lavagem de minérios, alimentando redes de corrupção que distorcem o propósito original do sistema.

O documento também denuncia que o Estado ruandês atua como canal histórico de escoamento de minerais contrabandeados da RDC, rotulados indevidamente como de origem doméstica com apoio do ITSCI – como também apontado em reportagem do Al Jazeera (Ali, 2025). Como consequência, minerais vinculados a conflitos armados passaram a integrar cadeias globais de fornecimento, chegando a empresas como Apple, Tesla e Intel (Global Witness, 2022). Além disso, tensões locais e episódios de violência estariam ligados à disputa pelo controle das rotas de comercialização e dos sistemas de rastreabilidade, como será demonstrado nas próximas seções. Esse é um dos exemplos mais flagrantes de como os desafios permanecem significativos na RDC, evidenciando como até mesmo os órgãos responsáveis se envolvem em esquemas de corrupção.

Esses exemplos revelam que rastreabilidade não equivale à pacificação. As políticas centradas apenas na certificação mineral produziram, na prática, cinco efeitos perversos: 1) deslocaram custos para mineradores artesanais, marginalizados por exigências burocráticas; 2) criaram mercados paralelos e rotas ilícitas que mantêm grupos armados financeiramente ativos; 3) favoreceram elites locais e intermediários que capturam os selos de comércio responsável; 4) negligenciaram fatores estruturais, como disputas fundiárias, redes de corrupção e antagonismos comunitários; e, como será aprofundado na presente pesquisa, 5) desconsideraram a violência sexual como instrumento funcional da economia de guerra, tratando-a como mero subproduto. Em vez de pacificar a RDC, tais medidas reforçaram dinâmicas de exclusão e prolongaram a lógica predatória do conflito.

A análise de tais efeitos se adensa quando consideramos a conjuntura das intervenções internacionais nas quais eles se inserem, impondo uma leitura holística da militarização e dos conflitos que se perpetuam no país. Conforme aponta Meger (2010), a intervenção econômica internacional na RDC, manifestada com maior evidência no setor mineral, deve ser compreendida como o mecanismo estruturante da violência armada, que opera através das redes de extração, transporte e comercialização de minerais que conectam os atores armados a

corporações transnacionais. A partir da leitura de Autesserre (2012) e Ribeiro (2019), entende-se que tais intervenções não são acidentais, mas sim manifestam uma ordem internacional assimétrica que se sustenta na instrumentalização do caos em regiões periféricas do Sul Global.

Esse tipo de intervenção se manifesta como uma ingerência estrutural, baseada na demanda internacional por minérios estratégicos e na omissão deliberada em fiscalizar suas cadeias produtivas. Dessa forma, corporações globais e Estados consumidores reproduzem, por meio de práticas extrativistas, um tipo contemporâneo de colonialismo econômico parte de uma engrenagem estrutural de dominação. Robert Gilpin (2002) observa que empresas multinacionais, sobretudo em setores extrativos, operam frequentemente como predadores imperialistas, tecendo uma rede de dependência política e de subdesenvolvimento econômico que atualiza, em chave contemporânea, práticas de colonialismo. Essa lógica se conecta à categoria de subimperialismo, formulada por Ruy Mauro Marini e atualizada por Mathias Seibel Luce (2014), para descrever a etapa do capitalismo dependente em que até países periféricos passam a rapinar matérias-primas de outras regiões da periferia, tornando-se “novos elos da corrente imperialista” (Luce, 2014, p. 46) ao mesmo tempo em que mantêm sua própria condição subordinada.

Nesse quadro, nações africanas, como a RDC, tornam-se alvo preferencial de expropriação e controle territorial, enquanto estados sub-imperialistas reforçam sua autonomia relativa dentro da dependência. Arturo Escobar (1995) radicaliza essa crítica ao afirmar que o sistema que gera subdesenvolvimento e o sistema que gera conflito são indissociáveis, pois a maioria das guerras no Sul Global envolveu a participação direta ou indireta de potências externas. Assim, no caso congolês, a persistência de conflitos em torno dos minerais não pode ser dissociada da inserção subordinada do país nas cadeias globais de fornecimento: a instrumentalização do caos, alimentada por empresas, Estados vizinhos e grandes consumidores internacionais, revela o subdesenvolvimento imposto como condição e resultado da própria guerra.

É nesse contexto que esta pesquisa analisa não apenas a atuação de empresas estrangeiras, mas também a intervenção de Ruanda na perpetuação da instabilidade na RDC (ONU, 2021; Hanai, 2021). Reportagem do Al Jazeera (Ali, 2025) relata que o grupo armado M23 tomou, em 2024, na área de Rubaya, uma das maiores minas de coltan, gerando mais de US\$ 800 mil/mês; segundo o Painel de Peritos da ONU (2024), esses minerais passaram a ser exportados via Ruanda que, em 2023, vendeu cerca de US\$ 1,1 bilhão em minerais, majoritariamente congolezes. Em paralelo, em janeiro de 2024, o Grupo Temático de Trabalho sobre Minas e Hidrocarbonetos da Sociedade Civil do Norte-Kivu (GTT-MH) denunciou a

presença das Forças de Defesa de Ruanda (RDF) em áreas de garimpo em Kivu do Norte, prejudicando fornecimentos responsáveis, violando a Iniciativa Regional contra a Exploração Ilegal de Recursos Naturais (RINR) e contaminando a rastreabilidade ao extrair ilegalmente coltan e inseri-lo em sua cadeia de exportação.

Assim, apesar de avanços nas cadeias de suprimento dos minerais 3TG, como sistemas de rastreabilidade e certificação, há uma insatisfação generalizada quanto à eficácia das reformas e à capacidade das iniciativas de fornecimento responsável em mitigar os conflitos no Congo. Diante desse cenário, pesquisadores e organizações como o IPIS têm defendido uma abordagem mais integrada e sensível ao conflito, que considere não apenas os aspectos econômicos, mas também os contextos históricos, sociais e culturais em que a mineração artesanal ocorre. Ignorar essa complexidade e focar exclusivamente em mecanismos técnicos é insuficiente e pode até reforçar as estruturas de violência existentes. Hanai (2021) observa, com base no Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED), que os eventos de conflito na RDC, na realidade, aumentaram após a adoção das regulamentações.

Segundo Matthysen e Gobbers (2022), a ausência de programas eficazes de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) resultou em um cenário no qual cerca de 120 grupos armados continuam ativos no leste do país. A presença de grupos armados estrangeiros – como o Rassemblement Congolais pour la Démocratie (RCD), as FDLR e o Congrès National pour la Défense du Peuple (CNDP) – aliada à fragilidade estrutural do Estado nas províncias orientais, contribuiu para a proliferação de milícias de autodefesa (Matthysen; Gobbers, 2022). De acordo com o Kivu Security Tracker (KST) (2021), tão relevante quanto identificar novas causas ou gatilhos para a violência é reconhecer a "inércia do conflito", uma vez que muitos desses grupos já existem há anos – em sua forma atual ou anterior – e buscam garantir sua sobrevivência por meio da extração de recursos e da disputa territorial. A ideia de inércia do conflito pode ser também associada ao entendimento de que a RDC, desde o final de sua Segunda Guerra, enfrenta um cenário de “*no peace, no war*” (em inglês, sem paz, sem guerra) (Ali, 2025, n.p.).

Ainda assim, a escalada de conflitos recentes – sobretudo a retomada do M23 em Goma e Bukavu, com apoio ruandês (Ali, 2025) – demonstra a resiliência da militarização. Casos como o denunciado pela ONG CREDDHO, em carta aberta de abril de 2020, revelam os custos humanos dessa dinâmica. No sítio de mineração de Bisie (Walikale), tensões com a empresa Alphamin Bisie Mining (ABM) resultaram em prisões ilegais, torturas físicas e psicológicas, e no uso das FARDC em benefício corporativo. O documento também denunciava abusos

similares em anos anteriores (2017-2019), incluindo relatos de mulheres mineradoras parcialmente despidas e violentadas durante suposto diálogo conduzido por militares.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo mostrou que as narrativas internacionais dominantes sobre o conflito congolês – centradas na mineração como causa e no estupro como consequência – simplificaram em excesso a complexidade do cenário. Como apontam Autesserre (2012), Laudati e Mertens (2019): a narrativa internacional que reduz a violência sexual a mera consequência da atividade extrativa mineral na RDC construiu um “complexo discursivo tóxico” (Laudati; Mertens, 2019, p. 1, tradução própria). Campanhas como *Raise Hope for Congo* (em inglês, Dê esperança ao Congo) e relatórios do Enough Project difundiram *slogans* como “*Does your cell phone cause rape?*” (em inglês, O seu celular causa estupro?) cristalizando uma relação causal direta. Essa narrativa foi eficaz politicamente porque oferecia uma explicação simples e mobilizadora, mas obscureceu a complexidade dos fatores em jogo, como dimensões históricas e coloniais, dinâmicas de gênero locais, cooperação entre civis e grupos armados, e o papel de atores internacionais (empresas, forças de paz, ONGs). Assim, o risco é reduzir o estupro a um efeito colateral, ignorando sua função e instrumentalização econômica, política, cultural e simbólica mais ampla.

Além disso, relatórios sobre a violência sexual na RDC tendem a reciclar e reforçar imagens coloniais familiares e fantasias racializadas. Os atos de estupro que ocorreram na RDC são frequentemente entendidos como resultado da suposta bestialidade animaléscia dos estupradores. Por exemplo, um recente artigo do *The New York Times* reportando sobre a violência sexual no Leste nos adverte que os gorilas nativos dos parques nacionais do Congo foram “substituídos por feras muito mais selvagens” (Baaz, 2009, p. 496, tradução própria).

Ao reforçar fantasias raciais difundidas, o enquadramento público e internacional esvazia a dimensão estratégica e política da violência e desloca a responsabilização institucional. Romper com essas narrativas exige reconhecer a interdependência entre a economia política da guerra e os casos de violência sexual e baseada em gênero no país – ou, em termos mais específicos, compreender a economia política da própria violência sexual. Esta pesquisa sustenta que existe uma economia política do conflito que excede a dimensão mineral, ainda que a mantenha como eixo fundamental, e que os mecanismos e atores que a perpetuam participam diretamente da produção e manutenção do terrorismo sexual.

Do ponto de vista analítico, a literatura indica que essa economia opera sob a lógica de acumulação por despossessão (Harvey, 2003) que será analisada mais profundamente ao longo da pesquisa. Nesse cenário, a mineração artesanal e o comércio internacional de ouro, coltan, tungstênio e cassiterita não apenas financiam milícias, como também sustentam, em escalas local e transnacional, sistemas de dominação que abrem múltiplos canais ilícitos de

financiamento e reconfiguram continuamente o vínculo entre coerção armada e exploração econômica (Meger, 2010; Global Witness, 2009). A violência sexual emerge, nesse contexto, como instrumento funcional para disciplinar comunidades, fragmentar resistências e viabilizar o controle de zonas estratégicas e corredores logísticos. Importa frisar, porém, que essa economia política do conflito não se limita aos minérios: ela incorpora outras fontes de renda coercitivas (pedágios e barreiras, apropriação de terras, tributação informal, contrabando, captura de fluxos comerciais e institucionais), nas quais a VSBG também opera por força da conjuntura mais ampla – como estruturas sociais e permissividade institucional – e do precedente do uso da violência como arma de guerra aberto pelos anos de tradição que normalizaram a prática, como será discutido adiante. Paralelamente, respostas internacionais centradas em rastreabilidade e *due diligence* se mostraram insuficientes, quando não contraproducentes (IPIS, 2023).

Esses achados orientam três hipóteses para as próximas seções: a violência sexual não deve ser lida como efeito colateral, mas como estratégia deliberada da governança armada; há variação entre modalidades centralizadas e difusas de terrorismo sexual, condicionada por estruturas de comando, incentivos econômicos e permissividade institucional; e mecanismos tecnocráticos de certificação e rastreabilidade tendem a fracassar por ignorarem tanto as funções políticas e simbólicas da violência de gênero no conflito quanto o caráter adaptativo da economia de guerra para além da extração mineral. Assim, o capítulo mostrou que a economia política do conflito envolve uma arquitetura transnacional de financiamento e impunidade que incorpora o terrorismo sexual como dispositivo estratégico. Em seguida, organizam-se as principais teorias sobre terrorismo sexual, com ênfase na tipologia de Saint-Pierre e nos aportes de gênero e conflito que serão operacionalizadas no estudo de caso ao final.

3 AS LENTES TEÓRICAS PARA COMPREENDER O TERRORISMO SEXUAL NA RDC COMO ARMA DE GUERRA

“Uma guerra de pilhagem e lucro, sem começo nem fim, da emergência à permanência” escreveu Rita Laura Segato (2014, p. 341) sobre as novas formas da guerra e os corpos femininos. Embora formulada a partir do contexto latino-americano, a análise da antropóloga é notavelmente pertinente ao cenário de terrorismo sexual na República Democrática do Congo (RDC). Amplamente entendida como mero efeito colateral e consequência de conflitos locais, esse tipo de violência se tornou central à lógica das novas formas de guerra que assolam a periferia do sistema internacional, marcadas pela informalidade e pela presença de atores paraestatais e estatais que se articulam a partir de economias (i)lícitas como no caso congolês (Segato, 2014).

O projeto de guerra é hoje, para seus administradores, um projeto de longo prazo, sem vitórias ou derrotas conclusivas. Quase se poderia dizer que o plano é que elas se tornem, em muitas regiões do mundo, um modo de vida. Uma das razões para isso é que, com a perda progressiva do controle da economia global e o deslocamento do epicentro do capital, a potência imperial vê a proliferação de guerras como sua última forma de dominação [...] Mais com Clausewitz que com Foucault, hoje a guerra aflora e se torna conspícua como a materialidade última e irreduzível horizonte de toda política, ou seja, como a política por outros meios. (Segato, 2014, p. 341, tradução própria).

Este capítulo delinea o arcabouço teórico para compreender o terrorismo sexual e sua utilização como arma central nas “novas guerras” (Kaldor, 2012), preparando o terreno para a aplicação ao caso da RDC na última seção.

O terrorismo, conforme analisa Héctor Saint-Pierre (2003), não se define apenas pela letalidade direta, mas sobretudo por seu efeito psicológico de pavor incontrolável, que transforma civis em alvos estratégicos. A lógica do terror não visa exclusivamente a morte, mas a paralisia coletiva, a destruição da solidariedade comunitária e a quebra da confiança social. Quando aplicados ao contexto da RDC, esses parâmetros permitem compreender a violência sexual não como desordem irracional, mas como um dispositivo de guerra calculado, que transforma os corpos das mulheres em territórios de inscrição da derrota moral do inimigo e em instrumentos de governança do medo.

A literatura específica sobre o termo ‘terrorismo sexual’ é escassa e, em geral, não se dedica a demonstrar por que a prática pode ser qualificada como ato terrorista nem a distingui-la de outras formas de violência sexual e de gênero (Sheffield, 1989; Card, 2012; Kirchner, 2008; Werchick; Pratt, 2004). Na área de estudos sobre violência em conflitos, predomina,

majoritariamente, uma vasta produção sobre o estupro em tempo de guerra (“*wartime rape*”)². Todavia, o termo tem sido problematizado por reforçar uma lógica reducionista que entende o estupro apenas como consequência e efeito colateral da guerra, alinhados ao entendimento de que “estupro e pilhagem simplesmente acontecem durante a guerra” (Carlsen, 2009, p. 474, tradução própria), desconsiderando sua função estratégica e estrutural. Esta pesquisa sustenta que a violência sexual, nas guerras contemporâneas, possui um caráter qualitativamente distinto. Ao contrário dos conflitos interestatais clássicos – em que a violação aparecia, em sua maioria, como recompensa aos soldados –, nas novas guerras ela assume centralidade estratégica e uma letalidade inédita, parte da lógica do ato terrorista.

Em termos pragmáticos, o terrorismo poderia ser entendido como “um ato de violência que provoca uma comoção social, uma ação social reativa, isto é, [...] uma violência que procura condicionar comportamentos, uma relação de força” (Saint-Pierre, 2003, p. 144). Dentro dessa definição, existem níveis de análise que permitem a categorização do ato terrorista: o nível tático analisa a capacidade de maximização dos danos e o alcance do ato; o nível estratégico, a provocação e maximização do terror; e o nível político, a realização dos objetivos atrelados à fragilização do inimigo. Em sua literatura, Saint-Pierre enfatiza também que nem todo terrorismo é sistematicamente planejado, o que o define é o efeito e objetivo estratégico de provocar terror – distinguindo o ato de qualquer outro tipo de relação de força. É a partir dessa lente teórica que a instrumentalização da violência sexual na RDC, como arma de guerra difundida, é analisada e entendida como terrorismo sexual.

Nesta pesquisa, quando abordada a ideia de guerra, adota-se a conceituação de “novas guerras” de Mary Kaldor (2012), que descreve uma forma de violência organizada distinta da guerra interestatal clássica, marcada pela fragmentação e pela privatização da violência. Nessas dinâmicas, o alvo prioritário deixa de ser o exército inimigo e passa a ser a população civil, com o propósito de incutir medo, fragmentar comunidades e expulsar grupos considerados indesejáveis. Assassinatos em massa, deslocamentos forçados e outras modalidades de intimidação psicológica, econômica e política se tornam elementos centrais.

² Diversos autores têm questionado a categoria *wartime rape* por sua limitação analítica. Segato (2014) enfatiza que a violência sexual deixou de ser efeito colateral para tornar-se estratégia central nas “novas guerras”, parte de uma pedagogia da crueldade. Meger (2015) desenvolve a noção de uma economia política feminista da violência sexual, situando-a na lógica global de acumulação por despossessão. Baaz e Stern (2009) demonstram como soldados congolezes explicam o estupro como prática vinculada à masculinidade militarizada e à crise de identidade masculina. Mertens e Laudati (2019), por sua vez, mostram como a associação direta entre estupro e recursos minerais produziu um “complexo discursivo tóxico”, que obscurece outras dinâmicas históricas, sociais e de gênero.

A presença de forças paraestatais e a fusão entre crime organizado, perseguição política e violações sistemáticas de direitos humanos dificultam a categorização desses conflitos, borrando as fronteiras entre interno/externo, público/privado e político/econômico. Nesse contexto, práticas como a violência sexual sistemática deixam de ser efeito colateral para se tornarem estratégias deliberadas de guerra e de governança territorial, tal como aponta Kaldor. É essa mudança de função – do indesejado ao instrumental – que evidencia a mutação da lógica bélica contemporânea, como se observa no caso da RDC.

Em diálogo, Segato (2014) argumenta que as guerras contemporâneas articulam economia de pilhagem com políticas de dominação sobre corpos, de modo que a violência sexual deixa de ser resíduo e passa a organizar a sociabilidade do medo. Nessa gramática, o corpo das mulheres é convertido em espaço de mensagem política e disciplina comunitária, repondo hierarquias de gênero úteis à governança armada. Em suas palavras, trata-se de uma “sexualização extensiva da violência” (Segato, 2014, p. 342, tradução própria), na qual o ataque sexual funciona como linguagem de poder. O estupro sistemático, nesse contexto, não pode ser lido como consequência, mas como instrumento utilizado para despovoar áreas estratégicas, romper laços comunitários e inviabilizar o retorno das populações. Isso porque, as novas dinâmicas de guerra não apenas prolongam os conflitos internos, mas também integram redes transnacionais, conectando-se a fluxos de capital ilícito, mercenários e interesses globais que se beneficiam da instabilidade (Meger, 2015).

É preciso entender que isso é um problema de segurança, não apenas homens se comportando como homens. Não é uma consequência inevitável da guerra – é algo planejado. Pode ser ordenado, condenado ou conivente. Precisamos dizer que podemos interrompê-lo. Não é inevitável (Wallström, apud Crossette, 2010, apud Baaz; Stern, 2013, p. 1, tradução própria).

Para além de compreender esse tipo de violência em si, é fundamental analisar como ela se potencializa ao ponto de se consolidar enquanto ferramenta efetiva de terror. Mais do que resultado de incentivos político-econômicos, trata-se de um fenômeno enraizado em uma estrutura social profundamente marcada por papéis de gênero patriarcais e capitalistas, na qual a violação sexual não atinge apenas a vítima individual, mas desencadeia profundos sentimentos de insegurança, vergonha e humilhação que recaem sobre comunidades inteiras.

Nesse contexto, a leitura pluridimensional da violência sexual na RDC apresentada por Dolan (2010) é fundamental. O autor identifica três grandes enquadramentos: a violência sexual como arma de guerra; como crime de oportunidade; e como indicador de conflitos internalizados; os quais se retroalimentam em um ciclo de pobreza, impunidade e crise identitária. Segundo o autor, a pobreza estrutural – aqui entendida como consequência direta do

colonialismo e da exploração mineral predatória – amplia a vulnerabilidade das populações civis, convertendo mulheres e meninas em alvos de práticas de dominação, coerentes com a noção de arma de guerra. A ausência de autoridade estatal, por sua vez, e a impunidade sistêmica criam terreno fértil para práticas oportunistas, em que o estupro aparece como extensão do saque e da pilhagem, em consonância com o que Carlsen (2009) descreve como lógica oportunista da violência sexual. Por fim, a crise de identidade masculina, derivada da desintegração das estruturas comunitárias e da impossibilidade de corresponder a papéis tradicionais gênero de provedor ou protetor, desloca a performance de poder para o corpo feminino.

[...] A zona específica de combate e comando no exército, segundo os relatos, permanecia como um domínio essencialmente masculino [...] – um espaço no qual o feminino não pertence, exceto como intruso temporário, que serve de válvula de escape ou receptáculo para a luxúria sexual masculina [...] A masculinidade (heterossexual) aparecia intimamente associada ao papel de provedor – não apenas de dinheiro e presentes para uma amante temporária, mas também para a família. [...] o valor do homem, sua superioridade e seu direito à tomada de decisões dentro da família estavam profundamente vinculados ao seu papel de provedor. Um homem que não cumprisse suas obrigações era visto não apenas como privado de sua masculinidade, mas também como alguém sem o mesmo direito de exigir submissão de sua esposa (Baaz; Stern, 2013, p. 507, tradução própria).

Em diálogo, Maria Eriksson Baaz e Maria Stern (2013) investigam como os soldados compreendem a violência sexual generalizada que cometem, distinguindo-a entre duas categorias principais: “estupros por desejo/necessidade” (“*lust rapes*”, “*viol ya posa*”) e “estupros cruéis/punitivos” (“*evil rapes*”, “*viol cruel/mabe*”). Segundo os relatos dos soldados, os “*lust rapes*” são apresentados como o tipo mais comum, derivados das necessidades e desejos sexuais físicos dos homens, intensificados pelas duras condições de ser soldado nas FARDC. Os militares explicam que salários inadequados, falta de licenças e a impossibilidade de cumprir seu papel social de provedores da família os impedem de manter relações normais de vida civil, forçando-os a tomar mulheres à força. Dentro dessa lógica, os *lust rapes* são frequentemente representados como (quase) moralmente aceitáveis. Mesmo as soldadas entrevistadas pelas autoras tenderam a reproduzir essas ideias, defendendo o direito dos homens de satisfazer suas necessidades sexuais e vinculando o estupro à precariedade econômica e à falta de acesso “normal” às mulheres:

Tenente-Coronel A (homem): [...] um soldado, se não tem possibilidades, se não tem dinheiro para poder seguir o caminho normal... se não tem nada no bolso, não pode comer nem tomar sua coca-cola, não tem nada para oferecer a uma mulher – então ele a tomará à força. Ele tomará uma mulher à força. Fisicamente, os homens têm necessidades. Ele não consegue ficar muito tempo sem estar com uma mulher. É muito difícil contê-lo... Por isso, um soldado precisa ter um pouco de dinheiro no bolso e precisa ter licença. Se isso acontecesse, os estupros diminuiriam muito (Baaz; Stern, 2013, p. 509, tradução própria).

Em contraste, os “*evil rapes*” são retratados pelos soldados como distintos, caracterizados por extrema brutalidade, incluindo mutilações e, por vezes, assassinatos, sendo motivados por um desejo de humilhar a dignidade das pessoas ou de “sujar as pessoas”. Nos relatos, esses atos brutais são associados a um processo de distanciamento moral que emerge do clima de guerra e violência, no qual comportamentos antes impensáveis se tornam normalizados e desumanizados. Os soldados relacionam esses estupros a frustrações e raivas mais profundas, causadas pela pobreza, pelo abandono e pela sensação de serem traídos por superiores, além da chamada loucura da guerra e do consumo de drogas, que, segundo eles, “destrói a mente das pessoas” (Baaz, Stern, 2013, p. 83, tradução própria).

É nítido como as fronteiras entre *lust* e *evil rapes* se confundem, refletindo uma ambivalência marcante em suas deliberações supostamente éticas. A partir desses relatos, independentemente da categorização a que eles atribuem a brutalidade da prática, há um denominador comum que delimita o estupro como um ato performativo de masculinidade, em que soldados recorrem à violência para recompor temporariamente seu senso de si. O quadro da “matriz heterossexual”, proposto por Judith Butler (2003; 2019), oferece um instrumento fundamental para compreender as masculinidades militarizadas no contexto congolês. Butler argumenta que o gênero não é um dado natural, mas uma construção social materializada ao longo do tempo, sustentada por práticas discursivas e performativas (Butler, 2019). Por exemplo, nos testemunhos dos soldados, é recorrente a noção de que o desejo masculino seria uma força quase incontrolável. Essa visão precisa ser problematizada, pois tanto o sexo quanto a sexualidade não se apresentam como realidades naturais, mas como construções normativas reiteradas.

A masculinidade militar, nesse sentido, opera como um ideal regulatório expresso em performances corporais que exigem a repetição compulsória de padrões de gênero para garantir reconhecimento social. Nesse contexto, a coerência entre sexo, gênero e desejo, sustentada pela heterossexualidade compulsória, é sempre parcial e inatingível (Butler, 2019). É nesse quadro que se compreende a percepção, comum entre beligerantes, de que um homem incapaz de prover financeiramente seria despojado de sua virilidade – evidência de que essas identidades normativas são constitutivamente frágeis, precárias e permanentemente ameaçadas pelo risco do fracasso econômico.

Nesse quadro, a exigência de afastar ou expulsar o feminino para sustentar a imagem do homem viril pode ser lida à luz da noção trabalhada por Butler de abjeção e repúdio (2019). Em sociedade, aprende-se a ser homem rejeitando o que se classifica como abjeto – isto é, impuro ou inferior. Nessa lógica, o feminino é construído como tal e, por isso, torna-se alvo preferencial

de dominação. Em consonância, a leitura de Carole Pateman em “O Contrato Sexual” (1988) permite entender como o contrato social moderno é, em essência, um contrato sexual, no qual a subordinação das mulheres não é resíduo arcaico, mas fundamento estrutural da ordem civil moderna. O patriarcado se reproduz continuamente por meio de um “pacto entre irmãos” (Pateman, 1988, p. 12, tradução própria), que garante aos homens um direito político-sexual sobre o corpo feminino segundo a autora.

Assim, o acesso sexual não consensual deixa de ser exceção: ele constitui parte integrante da própria gênese e da reprodução cotidiana da ordem patriarcal. Na RDC, essa teoria ajuda a compreender o espaço militar como um domínio essencialmente masculino, em que o feminino é marginalizado e submetido a usos instrumentais. O terrorismo sexual no contexto de guerra, portanto, pode ser interpretado não como anomalia ou mero efeito colateral, mas como a atualização bélica de uma norma já inscrita no contrato sexual: o corpo feminino como recurso e território de reafirmação do poder e da virilidade dos homens.

Pateman (1988) sublinha ainda que o contrato sexual não se limita à esfera privada, mas estrutura a sociedade inteira como civil e patriarcal. Nesse sentido, a ligação entre masculinidade e a função de provedor – sustentada pela associação do valor masculino a dinheiro e riqueza material – adquire relevância particular no contexto congolês. Como mostram relatos de soldados, a incapacidade de prover em decorrência da fragilidade institucional é vivida como perda da masculinidade, o que alimenta frustrações e é utilizado como justificativa de atos violentos para restaurar simbolicamente esse poder. Ao dialogar com as narrativas dos soldados que descrevem seu desejo como “incontrolável”, vê-se que não se trata de uma necessidade biológica, mas de uma prática – que, em cenários de guerra, é exacerbada e ganha espaço pela precariedade material inata ao contexto – legitimada socialmente de acesso ao corpo feminino e de violação ao que há de mais sagrado em sua integralidade enquanto ser humano: seu corpo.

Nesse quadro, o contrato sexual de Pateman oferece uma lente indispensável para compreender como a violência sexual na RDC expressa simultaneamente a lógica da guerra e a reprodução de hierarquias patriarcais constitutivas da modernidade. Seu uso se intensifica em contextos de disrupção institucional próprios das novas guerras, nos quais tais práticas passam a ser toleradas, normalizadas e justificadas como moralmente aceitáveis, ante a normatividade de gênero. É dessa forma que a “pedagogia da crueldade”, descrita por Segato (2014, p. 341), inscreve nos corpos femininos uma mensagem coletiva de dominação, transformando a violência sexual em instrumento bélico mais eloquente do que qualquer tratado de rendição formal; e se consolidando enquanto estratégia de reprodução do sistema: “Com a crueldade

aplicada a corpos não guerreiros [...] isola-se e potencializa a função propriamente expressiva desses crimes, função que, como destaquei em todas as minhas análises anteriores, é inerente e indissociável em todos os tipos de violência de gênero” (Segato, 2014, p. 345, tradução própria).

Um paralelo importante entre as contribuições teóricas de Segato e Saint-Pierre é o consenso de que os corpos que se tornam alvos da violência são corpos frágeis, e não de combatentes – e é por essa razão que o impacto (objetivo estratégico da ação) e o sofrimento atrelado a essa violência têm um alcance tão grande em suas comunidades. Assim, a pedagogia da crueldade cumpre dupla função: comunica a ilimitada capacidade de destruição dos grupos armados e, ao mesmo tempo, dissolve o tecido social por meio da não realização atribuída aos papéis de gênero tradicionais, femininos e masculinos. Aqui, o estupro adquire um caráter de femigenocídio (Segato, 2014): não se trata apenas de violência individualizada, mas de agressões massivas, impessoais e sistemáticas contra um gênero entendido como categoria social, funcionando como método de limpeza e dominação territorial. Em diálogo, Carlsen (2009) escreve:

Além de incitar o terror, a violência sexual é também um meio de realizar genocídio. O estupro genocida constitui uma agressão contra a vítima com o objetivo de minar o senso de segurança e a coesão de uma comunidade. Soldados e combatentes recorrem à violência sexual contra mulheres porque os corpos femininos representam, de forma física e simbólica, sua comunidade, seu Estado e sua nação. Ao violentar mulheres, esses agentes figurativamente violentam e diluem a própria comunidade e a nação (Carlsen, 2009, p. 479, tradução própria).

Cruzando essa leitura com a terminologia tática de Saint-Pierre (2003), que postula atos orientados à maximização de danos, evidencia-se a racionalidade e a força instrumental da escolha da violência sexual como arma de guerra. No plano estratégico, a produção deliberada de terror se conecta diretamente às finalidades políticas da economia da guerra: atua como governança pelo medo e como forma de reordenamento social, assegurando o funcionamento e a permanência desse arranjo econômico, seja ao redor da exploração mineral ou de qualquer outro tipo de recurso. No caso da RDC, esse nexos é demonstrado na seção final da pesquisa e é nesse ponto que a análise de Sara Meger (2015) oferece um aporte decisivo. A autora insere a violência sexual no funcionamento da economia política global, questionando a ideia de que seria metodologicamente difícil vincular minerais de conflito, em todas as suas dimensões, a estupros sistemáticos (Buss, 2009).

A partir de uma abordagem feminista, Meger sustenta que a violência sexual deve ser entendida como parte da linha de montagem global do capital, na qual práticas de acumulação por despossessão – seguindo conceitos de David Harvey (2003) – dependem justamente da desestruturação social e da precarização das relações de gênero. O estupro, assim, além de

viabilizar uma performance de masculinidade militarizada, serve também a um propósito estratégico à medida que assume o papel de um mecanismo de flexibilização violenta da economia extrativa, que cria o caos necessário à pilhagem de recursos em cenários de colapso institucional.

Segundo Meger, a violência sexual e baseada em gênero opera de forma articulada em três níveis. No plano individual, manifesta-se como violência interpessoal que reconstitui identidades masculinas fragilizadas; no plano sociocultural, adquire caráter político ao reordenar hierarquias intercomunitárias; e, no plano estrutural, integra a economia política global, produzindo condições de instabilidade e terror indispensáveis à extração mineral informal. Esta última dimensão é decisiva: o estupro não apenas acontece na guerra, mas cria o ambiente em que redes transnacionais de exploração florescem dentro dela.

Ao enfatizar que desigualdades econômicas e políticas constituem a base material da VSBG, Meger demonstra que o gênero é simultaneamente produto e produtor desses processos: molda identidades individuais, reforça normatividades simbólicas e organiza a distribuição de poder e recursos. Nessa chave, exploração mineral e violência sexual são intrinsecamente conectadas: o estupro aterroriza comunidades, inibe resistências e viabiliza a apropriação de minas e rotas comerciais. O sistema internacional, marcado pela clivagem centro-periferia, reforça esse circuito ao demandar matérias-primas baratas e tolerar instabilidade no Sul Global. O terrorismo sexual na guerra da RDC, assim, não é anomalia, mas peça funcional do sistema-mundo capitalista. Em síntese, Meger sustenta que a VSBG é mecanismo central de acumulação primitiva, reiterando hierarquias patriarcais e capitalistas em escala global. Enfrentá-la na RDC implica questionar a lógica de gênero e de acumulação que a sustenta.

Em diálogo, Mary Kaldor (2012) contrasta a “economia de guerra” do século XX com as “novas guerras”. Se os conflitos clássicos eram centralizados e totalizantes, com mobilização massiva e produção doméstica voltada ao esforço militar, as novas guerras operam por descentralização e fragmentação estatal. O financiamento deriva, majoritariamente, de práticas predatórias locais (pilhagem, extorsão, taxaço de civis), e de apoios externos vinculados a redes transnacionais. A escassez de batalhas diretas e a predominância da violência contra civis evidenciam um objetivo distinto: prolongar a instabilidade que alimenta interesses econômicos e políticos de facções e elites associadas – cenário no qual a VSBG cumpre função estrutural.

Esse raciocínio leva a uma crítica central de Kaldor: compreender as novas guerras apenas sob lentes clausewitzianas – isto é, como disputas geopolíticas com objetivos militares definidos – ignora os interesses estruturais na perpetuação do conflito. A guerra deixa de ser um meio para alcançar uma vitória política e se transforma em um fim em si mesma, movida

por atores que lucram com sua continuidade. É nesse sentido que a noção de falência do Estado precisa ser repensada segundo a autora: mais do que colapso, trata-se de um processo de reconfiguração em que a perda de legitimidade, a incapacidade de arrecadar impostos e a fragmentação militar criam condições para a privatização da violência. O que emerge é um ciclo desintegrador que mina a autoridade estatal e, ao mesmo tempo, gera oportunidades para novos poderes locais – senhores da guerra, mercenários, milícias e até setores das forças regulares que se autonomizam, como é o caso das FARDC.

Diante dessa gama de partes envolvidas e considerando que o ato terrorista requer um ator para cumprir os objetivos estratégicos, políticos e táticos, e tendo em vista a economia política transnacional mapeada, o “ator” não se limita à unidade que executa a violência, visto que existe uma sobreposição de interesses ao redor da prática. Propõe-se sua leitura como arranjo relacional composto por: executores locais (grupos ou indivíduos responsáveis pelo ato imediato e escolha tática); habilitadores no entorno (compradores regionais, autoridades que financiam, toleram ou organizam o controle, como seria o papel da ITSCI); e beneficiários finais (empresas e compradores internacionais) que capturam ganhos e moldam incentivos. Tal enquadramento não dilui a autoria, mas explica a recorrência e a variação dos repertórios à luz de incentivos distribuídos ao longo das cadeias extrativas e da economia que se desenvolve ao seu redor.

Em conclusão, a seção reuniu o arcabouço teórico para compreender o terrorismo sexual e sua utilização como arma central nas novas guerras, como no caso da RDC. A partir da tipologia de Saint-Pierre sobre terrorismo e dos estudos de gênero de Butler e Pateman, situou-se o terrorismo sexual como dispositivo funcional de guerra no contexto desagregador desse tipo de conflito contemporâneo. Com isso, fixa-se um quadro em que a violência sexual opera em níveis tático, estratégico e político, interagindo com dinâmicas patriarcais de hierarquia de gênero, potencializando-se e se constituindo como arma de guerra; e produzindo disciplinamento comunitário, em diálogo com a economia política do conflito e com cadeias extrativas coercitivas. A seção, assim, estabiliza vocabulário e critérios analíticos e prepara a passagem para sua operacionalização empírica no caso congolês.

4 O TERRORISMO SEXUAL NA RDC

Nesta seção, sustenta-se que o terrorismo sexual constitui arma central da guerra na República Democrática do Congo (RDC) e de sua perpetuação, operando em duas modalidades complementares. A primeira, como política centralizada, quando a violência sexual é organizada e instrumentalizada por comandantes e grupos armados para ocupar territórios, expulsar populações e assegurar rotas de exploração mineral. A segunda, como norma difusa, enquanto prática tolerada e descoordenada, de viés oportunista, em contexto de permissividade estrutural e impunidade sistêmica, mas igualmente funcional à produção de terror coletivo e ao disciplinamento social. Ambas, ainda que distintas, convergem no efeito político da prática terrorista delineada por Saint-Pierre (2003): criar vítimas estratégicas, mulheres cuja sobrevivência sob ameaça permanente é o verdadeiro objetivo do terror.

Uma análise abrangente do cenário congolês indica que a violência sexual – praticada majoritariamente contra mulheres – apresenta características específicas que excedem a violência de gênero tomada isoladamente, inserindo-se nas categorias analíticas de guerra e terrorismo discutidas por Kaldor (2012) e Saint-Pierre (2003). Observa-se a grande fragmentação do conflito entre múltiplos atores e a racionalidade estratégica das violações, que, uma vez perpetradas, convertem-se em meios de realização de objetivos políticos – evidenciando intenções condicionantes por trás dos estupros, sejam episódicos ou sistemáticos.

Antes mesmo da eclosão da guerra, a condição das mulheres e meninas congoleesas já era marcada por profunda subordinação legal e social, definida tanto pelo Código da Família³, que exigia a obediência ao marido, quanto por normas que reforçavam o casamento precoce, a desvalorização da educação feminina e práticas de resolução extrajudicial de crimes sexuais por meio de compensações financeiras ou casamentos forçados (Human Rights Watch, 2002). No entanto, a continuidade da guerra transformou radicalmente esse quadro: como observa Maria Eriksson Baaz e Maria Stern (2009), embora a violência sexual existisse anteriormente, não havia evidências de que fosse particularmente mais severa na RDC do que em outros países. O conflito armado centrado na exploração mineral, aliado à desintegração das autoridades tradicionais e das estruturas comunitárias, minou os mecanismos de regulação social, substituindo-os por um regime de impunidade generalizada, culminando no cenário que levou

³ Até a reforma do Código da Família pela Lei n.º 16/008 (15 jul. 2016), o ordenamento congolês reconhecia o marido como chefe da família e exigia a obediência da esposa, condicionando sua capacidade de trabalhar, contratar ou abrir conta bancária à autorização marital – um arcabouço que institucionalizou a subordinação legal das mulheres por quase três décadas (República Democrática do Congo, 2016; World Bank, 2022; Human Rights Watch, 2002).

o país a ser conhecido como a “capital mundial do estupro” (BBC, 2010, n.p, tradução própria) e também como o lugar mais perigoso para ser uma mulher (Autesserre, 2012).

A RDC dispõe hoje de um arcabouço jurídico que, em tese, assegura igualdade e proteção contra a violência de gênero. A começar pela Constituição de 2006 que veda todas as formas de discriminação e impõe ao Estado a promoção dos direitos das mulheres (República Democrática do Congo, 2006). No mesmo ano, reformas penais ampliaram o conceito de estupro, tipificaram novas formas de agressão e reforçaram garantias processuais às vítimas (República Democrática do Congo, 2006a; 2006b). Em 2009, a Lei de Proteção da Criança passou a resguardar meninas contra exploração e recrutamento por grupos armados (República Democrática do Congo, 2009). A Lei da Paridade, de 2015, deu lastro à igualdade na vida pública e no trabalho (República Democrática do Congo, 2015). Por fim, a reforma do Código da Família, em 2016, revogou a autorização marital e reconheceu a plena capacidade jurídica da mulher casada para trabalhar, contratar e empreender (República Democrática do Congo, 2016). Não obstante, avaliações recentes apontam lacunas importantes de implementação e efetividade – inclusive impunidade perante violência sexual relacionada ao conflito – o que mantém um descompasso entre norma e prática, em consonância com os dados empíricos apresentados na presente pesquisa (Human Rights Watch, 2024; United Nations, 2023).

Esse colapso institucional e normativo contribuiu decisivamente para a normalização da violência sexual nas comunidades, ampliando sua escala e brutalidade. A partir de sua efetividade em causar terror, condicionar comportamentos e estabelecer dinâmicas de força, os níveis de análise da prática se tornam claros (Saint-Pierre, 2003). Em termos táticos, observa-se, por meio da contínua amplificação da violência e do teor de sua brutalidade, seu sucesso em maximizar danos. Em termos de estratégia, os perpetradores também têm sucesso em provocar o terror ao ponto de que as mulheres deixam de realizar suas tarefas cotidianas por medo de sofrerem ataques (Global Witness, 2009). Por fim, o nível político é identificado quando as comunidades e os tecidos sociais são desmembrados e adentrados para exploração das minas pelas milícias e pelos grupos armados, que também mantêm sucesso em perpetuar a garantia de suas outras formas de financiamento (Tabela 2).

Tabela 2 – Indicadores de terrorismo sexual a partir das lentes teóricas de Saint-Pierre (2003)

Nível	Indicadores empíricos	Exemplos RDC
Tático (capacidade de maximizar danos)	Métodos cruéis (estupros coletivos, em público, mutilações, uso de armas), letalidade ou incapacitação permanente; criação de “marcas registradas”	Luvungi/Walikale (2010): estupros em massa com extrema crueldade documentados pela HRW; registros médicos de lesões genitais traumáticas em ataques na RDC (base clínica).
Estratégico (provocação e disseminação do terror)	Terror generalizado; retração de mobilidade feminina; abandono de roças/rotas; deslocamentos massivos	Campos de IDPs e eixos Goma–Sake (2023–2024): relatos de riscos de VSBG e agravamento da proteção em contextos de deslocamento.
Político (fins sociais e institucionais)	Fragmentação comunitária; desarticulação de resistências; captura de minas/rotas; imposição de novas autoridades	Rubaya (desde abr./2024): M23 controla minas/rotas e aufere receitas com coltan; Djugu/Mahagi (2024–2025): CODECO e Zaïre controlam sítios de ouro por interferência armada.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Kirchner (2008), HRW (2009), IPIS (2019), MSF (2024), ACNUR (2024), Anistia Internacional (2025); Ali (2025), Relatórios ONU (2024–25), Matthysen & Gobbers (2022)

Como, por definição, as práticas terroristas são feitas com o objetivo tático de maximizar o terror causado (Saint-Pierre, 2003), para as vítimas do terrorismo sexual isso se traduz em uma brutal violência feita de forma a maximizar os danos em seus corpos. O caso congolês é marcado por diversas formas cruéis de violação contra suas mulheres, desde bebês até idosas. Há anos elas são sequestradas e submetidas à escravidão sexual – muitas inclusive relataram que as lutas estavam sendo travadas “em seus corpos” (Human Rights Watch, 2009, p. 15, tradução própria). Além disso, as práticas, por vezes feitas em frente a membros da família como forma de aumentar a crueldade e humilhação, registram também milhares de casos de estupros individuais, mutilação da genitália, *rape-shooting* e *rape-stabbing*, e podem variar de tipo registrando desde estupros cerimoniais a punitivos por exemplo.

Muitas vezes, as armas eram disparadas à queima-roupa para causar o máximo de dano, frequentemente com a intenção de marcar a vítima para toda a vida, em vez de matá-la. Alguns grupos armados desenvolveram o que se poderia chamar de ‘ferimentos de marca registrada’ para deixar muito claro à população civil quem está a aterrorizando (Kirchner, 2008, n.p, tradução própria).

Como aponta a Human Rights Watch (2009), as práticas reforçam a insegurança estrutural e impedem, por exemplo, o retorno das mulheres às atividades agrícolas, onde frequentemente são violentadas ou sequestradas. Dentre outras motivações atribuídas aos

perpetradores estão vingança, uso do estupro como estímulo à moral das tropas, práticas de limpeza étnica e até crenças mágico-religiosas, como a ideia de que estuprar uma mulher virgem conferiria invencibilidade ao combatente, reiterando os ideais de gênero que permeiam a prática no país.

Essa leitura adquire especial relevância quando se analisa como as hierarquias de gênero continuam a operar socialmente após a violência. No caso congolês, as expectativas tradicionais vinculam a feminilidade sobretudo à virgindade e à maternidade, de modo que o estigma imposto às sobreviventes reflete valores conservadores profundamente arraigados (Human Rights Watch, 2014). O estupro, portanto, não destrói apenas o corpo individual, mas compromete a possibilidade de realização do papel social atribuído às mulheres, convertendo a agressão em uma forma de punição coletiva e política. Ao minar laços familiares e comunitários, o estupro amplia ainda mais seu caráter punitivo, dificultando a reorganização social e enfraquecendo a capacidade de resistência das populações afetadas. Trata-se, portanto, de uma técnica estratégica de poder que transcende o indivíduo, funcionando como arma de desestruturação social. Em diálogo, Segato ressalta:

a emasculação e humilhação que retiram a assertividade dos vencidos por não poderem proteger as “suas” mulheres, o que torna evidente que se trata de um ataque dirigido ao inimigo “por meio da violência infligida no corpo da mulher” e já não, como antes, “atingindo os órgãos de poder do Estado” (Münkler, 2005, p. 85, apud Segato, 2014, p. 347).

Para além das consequências psicológicas e sociais, os efeitos físicos são devastadores: não raramente resultam em incapacidade permanente ou morte, com incidência de fístula ginecológica traumática e dor crônica; soma-se a disseminação do HIV e da AIDS por estupros em massa, com consequências transgeracionais (Bastick; Grimm; Kunz, 2007). No caso congolês, mulheres e crianças também foram sequestradas e mantidas em cativeiro por longos períodos, submetidas à violência sexual, obrigadas a saquear vilarejos ou mesmo a lutar (Human Rights Watch, 2002). Em contextos de deterioração socioeconômica também cresce o sexo de sobrevivência – distinto dos crimes de violência sexual, mas capaz de normalizar relações abusivas e de incentivar a obtenção de sexo mediante pressão (Bastick; Grimm; Kunz, 2007).

Nesse cenário, destaca-se também que a maior carga de HIV na região rural do Leste, coincidente com corredores extrativos e presença armada, pode refletir – e servir como indicador – a operação da violência sexual generalizada nesses territórios. A partir de 2007, observa-se o deslocamento espacial da prevalência do vírus rumo a zonas rurais associadas à extração mineral, com níveis particularmente altos no Nordeste e em porções do Sudeste do

país (Carrel et al., 2016). É evidente que correlação não implica causalidade e que esse deslocamento decorre de múltiplos fatores, entre eles a concentração histórica de prevenção e tratamento nas áreas urbanas; com iniciativas como o President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR) priorizando centros como Kinshasa, o que produz lacunas de cobertura no meio rural.

Ainda assim, a evidência disponível reforça a hipótese de que a queda da prevalência do HIV nas cidades e o aumento entre mulheres em áreas rurais indicam redistribuição do risco em direção às zonas minerárias e de conflito (Carrel et al., 2016). Ademais, mudanças econômicas e de conectividade, em especial a expansão da malha viária para escoar madeira e recursos minerais, intensificaram fluxos populacionais sob governança armada, ampliando oportunidades de coerção sexual e agravando a vulnerabilidade. Dados recentes do Médicos Sem Fronteiras (MSF) (2025) indicam que aproximadamente 20% das sobreviventes de violência sexual não acessam a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) nas 72 horas críticas após o ataque, período essencial para prevenir a contração de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Nesse cenário, um médico local relata que há hoje uma porcentagem muito grande de mulheres congolenses vivendo com ISTs e que isso é “[...] ligado ao fenômeno dos estupros coletivos ou à prática de trocar sexo para sobreviver” (MSF, 2025, n.p., tradução própria).

Em análise cronológica, registros hospitalares e levantamentos de ONGs indicam a escala e a continuidade do problema ao longo dos anos. Já em 2005, o Hospital Panzi tratava 250-300 sobreviventes de estupro por mês. Entre 2003 e 2006, o HEAL Africa atendeu 4.800 vítimas, enquanto a Doctors On Call For Service tratou mais de 3.500 em dois anos, a maioria com lesões permanentes (Bastick; Grimm; Kunz, 2007). Paralelamente, emergiram denúncias envolvendo a própria MONUSCO – estupros, exploração sexual e prostituição infantil em troca de comida ou de pequenas quantias de dinheiro, inclusive com meninas de 13 anos (BBC, 2006). A gravidade da violência é incontestável, bem como a profundidade da impunidade, dado que agentes incumbidos de prover segurança e paz reproduziram práticas de exploração.

No marco da política centralizada de violência sexual, o estupro em massa de Luvungi (Kivu Norte, julho de 2010) constitui episódio paradigmático: mais de 380 mulheres, homens e crianças foram violentados em quatro dias. Investigações da ONU e de organizações de direitos humanos apontaram coordenação entre grupos Mai-Mai e FDLR, com a participação de seu líder, Sheka Ntabo Ntaberi, posteriormente indiciado por crimes contra a humanidade. A escala, a logística e a sistematicidade confirmam que não se trataram de atos isolados, mas de estratégia para aterrorizar comunidades, expulsar populações e consolidar o controle sobre rotas minerais de Walikale (Human Rights Watch, 2014). À época, Margot Wallström, então

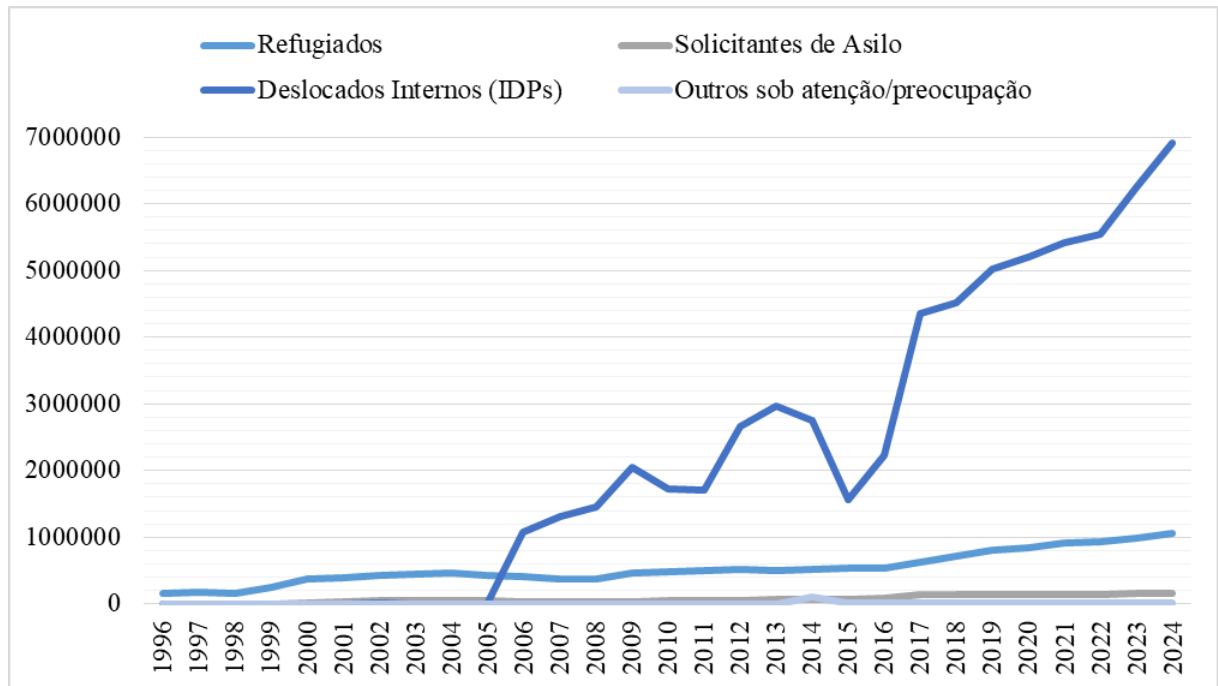
representante da ONU, sintetizou o diagnóstico: os grupos “empregaram terror sexual para controlar território cobiçado” (Crossette, 2010, apud Baaz; Stern, 2013, p. 46, tradução própria).

Como contraponto ilustrativo, aborda-se a ideia da norma difusa: o caso de Musenge (Walikale, julho de 2013) descreve o estupro de uma mulher de 32 anos diante do marido e dos dois filhos por combatentes Mai-Mai, sem evidências de ordem direta ou planejamento estratégico (Human Rights Watch, 2014). Ainda assim, a ausência de responsabilização e a recorrência de ataques semelhantes indicam que tais práticas oportunistas, produzidas em contextos de impunidade e disciplina militar precária, desempenham função política: instauram medo, fragmentam laços familiares e reforçam a dominação armada.

Nos anos mais recentes, a tendência de agravamento é notória. Em 2024, o MSF reportou que a RDC se tornara sua maior operação global, com equipes tratando um número sem precedentes de sobreviventes de violência sexual em Kivu do Norte – cerca de 40% das vítimas atendidas pelo MSF entre 2023 e 2024 eram meninas (MSF, 2024). No mesmo ano, o conflito deslocou quatro milhões de pessoas, sendo que 250 mil chegaram em fevereiro aos já superlotados campos ao redor de Goma. As condições se deterioraram rapidamente quando bombardeios atingiram assentamentos de deslocados, ampliando os casos de estupro (ACNUR, 2024). Em paralelo, o ACNUR registrou, apenas em Kivu do Norte, um salto de 20.771 casos de violência sexual e baseada em gênero em 2023 para 27.328 em 2024, com o estupro respondendo por 63% do total. Em escala nacional, hospitais como Drodro e Angumu foram atacados e saqueados, enquanto clínicas improvisadas registravam fluxo constante de pacientes com traumas físicos e psicológicos. Em meio a deslocamentos sucessivos, surtos de cólera, sarampo, mpox e destruição de infraestrutura, um total de 27 milhões de congoleses necessitam de assistência humanitária em 2025 (ACNUR, 2024).

Nesse contexto, os dados disponibilizados pelo Refugee Data Finder do ACNUR reforçam a centralidade do deslocamento interno como instrumento da guerra no país. Conforme o Gráfico 3, após o encerramento oficial da Segunda Guerra do Congo em 2003, observa-se uma tendência de crescimento acentuado dos deslocados internos (IDPs), marcada por oscilações até meados da década de 2010 e um aumento expressivo a partir de 2016. Atualmente, o número atinge quase 7 milhões de pessoas, o que evidencia a permanência do deslocamento forçado como estratégia de coerção e controle territorial, além da resultante crise humanitária.

Gráfico 3 – Fluxos migratórios na RDC (1996-2024)

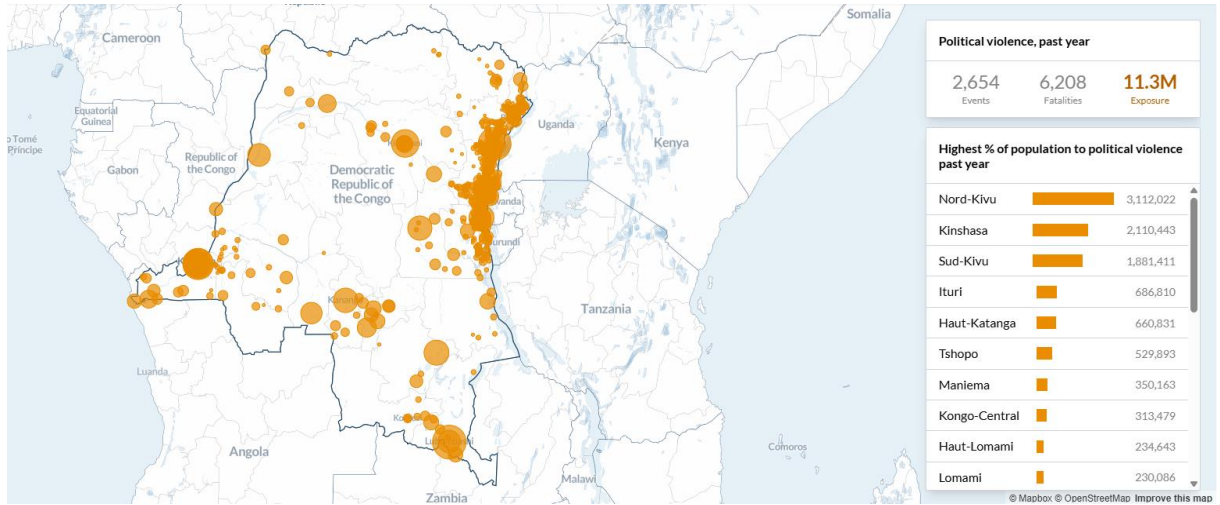


Fonte: Elaboração própria, a partir do *Refugee Data Finder* (ACNUR, 2025)

Por fim, dados do ACLED (2025) situam a violência política no conjunto do conflito: foram 2.654 eventos e 6.208 mortes no último ano, atingindo 11,3 milhões de pessoas (Figuras 2 e 3). A categoria de violência política inclui violência contra civis, batalhas, explosões e protestos; a violência sexual está incorporada dentro de violência contra civis. Como mostram as figuras, os tipos de evento com maior exposição foram justamente violência contra civis (6,7 milhões de pessoas afetadas) e batalhas (5,7 milhões), seguidos por motins e explosões. A distribuição espacial evidencia que três das quatro províncias mais atingidas – Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri – coincidem com áreas de maiores reservas no leste e cadeias de exploração de minerais 3TG, reforçando a articulação entre lógica mineral e governança pelo terror nesta região.

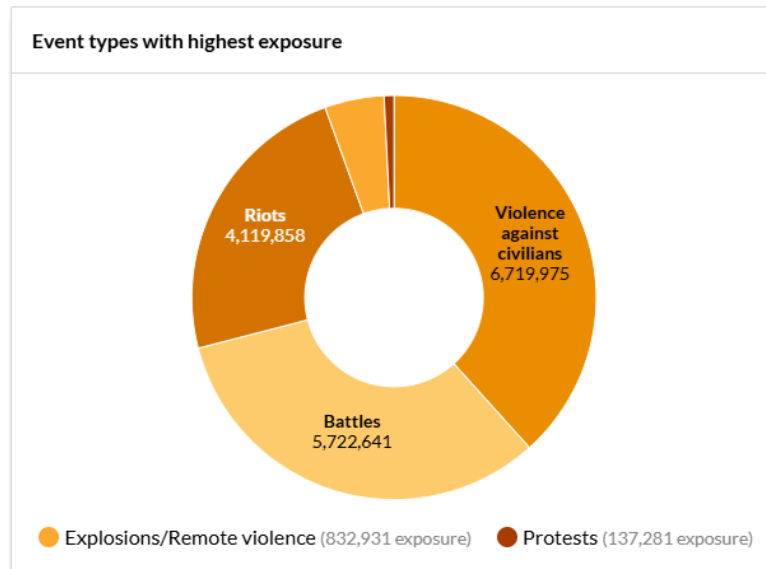
O mapeamento geoespacial do IPIS (2019) – abrangendo 2.700 minas e 382 mil trabalhadores artesanais no leste da RDC – confirma a interferência militar especialmente elevada em Kivu do Norte e Kivu do Sul, com ao menos um terço das minas apresentando envolvimento direto ou indireto das FARDC, NDC-R e Mai-Mai. Além disso, em mais da metade dos locais visitados, mulheres atuavam em funções precarizadas (lavagem, transporte, aproveitamento de rejeitos), frequentemente associadas à prostituição forçada ou de sobrevivência no entorno dos sítios de extração mineral.

Figura 2 – Concentração de eventos de violência política na RDC no último ano



Fonte: ACLED (2025)

Figura 3 – Tipos de eventos de violência política com maior exposição de civis



Fonte: ACLED (2025)

Para além de explicar a violência retrospectivamente, a aplicação das lentes teóricas – em consonância aos dados específicos à RDC – permitem formular hipóteses preditivas sobre os padrões de violência sexual no leste do país (Tabela 3).

Tabela 3 – Hipóteses preditivas sobre a violência sexual na RDC

Teoria	Hipótese preditiva	Lógica
Baaz & Stern (2013) – performativo compensatório	H1 – Declínios nas condições materiais das FARDC (salários, licenças, suprimentos) aumentam a prevalência de estupros em áreas logísticas e minerárias.	Soldados precarizados recorrem ao estupro como forma performativa de “compensar” falha em prover economicamente.
Carole Pateman (1988) – contrato sexual	H2 – Fragmentação do monopólio estatal da violência e colapso de hierarquias formais intensificam a reivindicação do corpo feminino como “direito político-sexual” dos combatentes.	Quando a autoridade estatal se dissolve, normas patriarcais latentes legitimam estupros como exercício normalizado de poder masculino.
Judith Butler (2003; 2019) – performatividade de gênero	H3 – Contextos de crise de provisão e deslocamento social aumentam a frequência de estupros como atos performativos de masculinidade militarizada.	A masculinidade é instável e precisa ser reiterada pela violência; quanto maior a ameaça ao papel de provedor, maior a propensão a reafirmá-la por meio do estupro.
Meger (2015) – economia política da violência sexual	H4 – Picos de preço de minerais (coltan, ouro, cassiterita) e/ou eventos de captura de minas/rotas por atores armados aumentam a incidência de violência sexual centralizada, usada para disciplinar comunidades, induzir deslocamento e consolidar extração.	A violência sexual integra a governança econômica da guerra: quando rendas esperadas da extração sobem ou eixos de escoamento são tomados, o estupro é mobilizado como mecanismo de coerção que reduz custos de controle territorial e padroniza tributação/extorsão nas cadeias.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Baaz & Stern (2013); Pateman (1988); Butler (2003; 2019).

Essas hipóteses não serão testadas empiricamente neste estudo, mas sua formulação evidencia como a teoria pode ser operacionalizada e também cumpre duas funções: demonstrar que a violência sexual pode ser prevista a partir de variáveis materiais e normativas, e não apenas explicada após o fato; além de abrir caminho para investigações futuras que combinem métodos qualitativos e quantitativos para verificar a incidência desses padrões no terreno.

Mais especificamente sobre a hipótese 4 que trata da economia política da violência sexual, um relatório do IPIS (2002) evidencia como a valorização abrupta do coltan em 2000 –

de US\$ 30 para US\$ 380 por libra em menos de doze meses – não só financiou a guerra, como redefiniu sua lógica: membros do RCD estabeleceram monopólios sobre a extração, arrecadando milhões em impostos e reinvestindo até 70% dos lucros no esforço militar, enquanto o Exército Patriótico Ruandês (FPR) chegou a lucrar cerca de US\$ 20 milhões/mês com a revenda do mineral. Crucialmente, os efeitos não se restringiram ao campo militar: a violência sexual, longe de colateral, acompanhou os ciclos de alta de preços e serviu como elemento político de coerção sobre comunidades (IPIS 2002; Berman et al, 2017). Quando os minerais se valorizaram, grupos armados expandiram sua presença territorial e intensificaram pilhagem e terror sexual – ora como política centralizada para expulsar populações e assegurar rotas, ora como norma difusa de retaliação e humilhação (IPIS 2019; HRW 2014; MSF 2025). O corpo feminino se torna, assim, extensão da curva das *commodities*: instrumento disciplinador que revela a correlação entre mercado global, guerra e governança armada (IPIS 2019; HRW 2014).

Em consonância, Berman et al (2017) identifica correlação positiva entre o preço internacional de minerais e a probabilidade de violência em áreas de mineração na África, estimando que o superciclo de *commodities* (1997–2010) respondeu por 14% a 24% da violência média no continente. A RDC é caso paradigmático, ainda que – pelo patamar inicial elevado de violência – o impacto marginal da alta de preços seja relativamente menor do que em outros contextos. O texto “*This Mine is Mine! How Minerals Fuel Conflicts in Africa*” (Berman et al, 2017) revela que pesquisas documentam como empresas transnacionais se beneficiaram da instabilidade armada para acessar depósitos: entre 2003 e 2004, a AngloGold Ashanti foi acusada de apoiar financeiramente e logisticamente a Frente Nacionalista e Integracionista (FNI) em Ituri – com pagamentos diretos e transporte de líderes rebeldes. Já entre 2013 e 2015, a Kun Hou Mining foi denunciada por explorar ouro no rio Ulindi (Kivu do Sul) com respaldo de autoridades locais corruptas e das milícias Raïa Mutomboki, às quais fornecia dinheiro, comida e fuzis em troca de acesso e extorsão de garimpeiros artesanais.

Em linha com isso, Maystadt et al (2013) analisam a relação entre recursos minerais e conflito na RDC, de janeiro de 1997 a dezembro de 2007, revisitando a ideia de que a abundância de minérios seria o principal motor da violência. Para captar efeitos causais, os autores usam variações exógenas nos preços internacionais, combinadas com o histórico de concessões, como instrumento para a concessão de novos direitos de mineração. Nesse contexto, o índice de preços tem forte poder preditivo: quando os preços sobem, aumenta de forma consistente a chance de novas concessões. Com essa estratégia, os resultados mostram que, nos distritos congolezes, a expansão das concessões eleva significativamente o risco de

conflito – especialmente de eventos violentos. Mais especificamente, as estimativas indicam que um aumento de 10% no número de concessões está associado a cerca de 29% mais probabilidade de conflito à nível distrital no país.

Em perspectiva conjuntural, retoma-se Meger (2015) que demonstra que essa violência não é mero reflexo espontâneo da cobiça mineral, mas estrutura do capitalismo global, que transforma guerras locais em engrenagens da acumulação mundial. Nesse contexto, a violência sexual integra um processo transnacional que conecta corporações, consumidores globais e elites locais na produção de violência. A associação simplista entre “minerais de conflito” e estupro apaga essa mediação e legitima soluções tecnocráticas (certificações “*conflict-free*” e *due diligence*) que tratam sintomas sem enfrentar a funcionalidade estrutural da violência sexual na economia política da guerra que se perpetua.

Em 2003, a Anistia Internacional no relatório “*Our Brothers Who Help Kill Us*” (em inglês, Nossos irmãos que ajudam a nos matar) descreveu a prostituição forçada em zonas de coltan como prática tolerada e normalizada – uma exploração econômica sexualizada que disciplinava mulheres e famílias pobres, servindo simultaneamente à sobrevivência e à pilhagem mineral. Mais de 20 anos depois, em 2025, a mesma organização em “*They Said We Would Die*” (em inglês, Disseram que nós morreríamos) documenta estupros coletivos cometidos pelo M23 e pelo Wazalendo em acampamentos militares durante a ocupação de Goma e Bukavu. Em ambos os momentos, a violência sexual opera como engrenagem estratégica de terror: em 2003, para assegurar acesso contínuo às minas; em 2025, para consolidar ocupações urbanas e rotas estratégicas. O contraste temporal indica formas mutantes, mas essência instrumental constante para sustentar a economia de guerra.

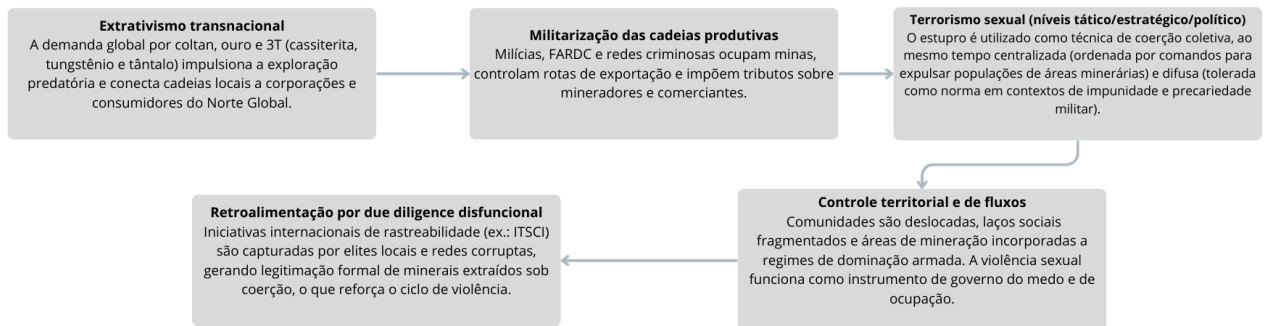
À luz do que foi apresentado, os casos de Luvungi e Musenge reforçam a distinção entre política centralizada e norma difusa. Em Luvungi (2010), o estupro em massa premeditado e que contabilizou mais de 380 vítimas em quatro dias, expulsou populações e assegurou rotas em Walikale (Human Rights Watch, 2014). Já em Musenge (2013), a ausência de ordem direta evidencia uma prática oportunista tolerada por impunidade estrutural que se sustenta na fragilidade estrutural, mas também em hierarquias de gênero profundamente enraizadas; ainda assim funcional para instaurar medo, fragmentar laços e reforçar dominação (Human Rights Watch, 2014).

Os dados empíricos apresentados corroboram o entrelaçamento entre economia extrativa e terrorismo sexual: picos de preços de coltan, ouro e cassiterita coincidem com a intensificação da violência, em grande parte sexual e baseada em gênero, deslocamentos, pilhagem e outras formas de ação coercitiva e de relações de força. Em termos teóricos, Segato,

Pateman e Butler ajudam a interpretar o padrão como prática que mobiliza papéis de gênero, reitera masculinidades militarizadas e que converte comunidades em territórios de medo. Daí a pertinência de ler o corpo feminino como superfície de inscrição da governança armada em mercados transnacionais de *commodities*.

A leitura em três níveis de Saint-Pierre evidencia a lógica estruturante da guerra congoleza. No tático, repetem-se padrões de crueldade que instauram medo imediato e desorganizam rotinas. No estratégico, o terror generalizado reordena a mobilidade, restringe a circulação e induz deslocamentos forçados. No político, a captura de minas e rotas, acompanhada da institucionalização de pedágios e extorsões, consolida uma governança armada funcional à economia extrativa. Assim, a distinção entre política centralizada e norma difusa descreve modalidades complementares de um mesmo mecanismo de dominação. Consideradas em conjunto, as evidências sustentam que o terrorismo sexual é não apenas arma de guerra, mas um mecanismo estrutural dela e de sua economia política no leste da RDC (Figura 4).

Figura 4 - Fluxograma: Do extrativismo transnacional ao terrorismo sexual na RDC



Fonte: Elaboração Própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a pergunta central da presente pesquisa: “de que modo e com quais mecanismos a violência sexual é instrumentalizada como terrorismo – em suas dimensões tática, estratégica e política – para viabilizar o controle territorial e a extração mineral no leste da República Democrática do Congo desde 1996?”; o trabalho confirmou que o terrorismo sexual é instrumentalizado como arma de guerra em diferentes níveis para viabilizar controle territorial e extração mineral no leste da RDC. A tese sustentada defende que a violência sexual e baseada em gênero (VSBG) no país não constitui efeito colateral da guerra, mas sim uma ferramenta eficaz para governança do medo. Em uma conjuntura social profundamente patriarcal, essa ferramenta desarticula comunidades, normaliza a presença armada e abre caminhos logísticos para cadeias extrativas militarizadas. Essa engrenagem é reforçada por arranjos tecnocráticos de rastreabilidade, como o *due diligence*, que, tal como implementados, não alteram a lógica estrutural do conflito e acabam por prolongar sua racionalidade predatória.

Na economia política da violência, evidencia-se que os recursos naturais são centrais, mas tomá-los como lente exclusiva estreita o diagnóstico e obscurece outros vetores e fontes de financiamento. A literatura indica uma dinâmica de acumulação por despossessão: mineração artesanal e comércio internacional de ouro e 3TG não apenas financiam milícias; mas sustentam, em escalas local e transnacional, sistemas de dominação que reconfiguram continuamente o vínculo entre coerção armada, exploração e intervenção econômica, sob uma ordem internacional assimétrica que instrumentaliza o caos em periferias do Sul Global.

A crítica às narrativas dominantes sobre a violência sexual no país mostrou como o enquadramento público e internacional, que automatiza a associação da mineração à causa e do estupro à consequência, simplifica a realidade e despolitiza a VSBG, diluindo responsabilidades. Romper esse complexo discursivo exigiu recolocar a VSBG no cerne da economia de guerra, como prática funcional à captura de minas, ao controle de rotas e à administração coercitiva de populações – e, pelo precedente consolidado e pela impunidade, como prática que transborda os entornos minerários. Nessa gramática, o corpo das mulheres é convertido em território de mensagem política e disciplina comunitária, repondo hierarquias de gênero úteis à governança armada.

A seção teórica consolidou um quadro analítico integrado: a partir de Saint-Pierre, definiu-se o terrorismo a partir dos níveis de análise tático, estratégico e político, articulado à leitura de Kaldor sobre novas guerras, fragmentadas e voltadas contra civis, e às lentes de Butler e Pateman, que evidenciam hierarquias patriarcais e o contrato sexual como lastro da violência,

somando-se as contribuições de Segato, que explicitam a “pedagogia da crueldade” como linguagem de domínio. O estupro, assim, além de viabilizar uma performance de masculinidade militarizada, serve também a um propósito político e estratégico à medida que assume o papel de um mecanismo de flexibilização violenta da economia extrativa, que cria o caos necessário à pilhagem de recursos em cenários de colapso institucional.

Desse conjunto derivam duas modalidades de atuação do que se entende enquanto terrorismo sexual: enquanto política centralizada, coordenada por comando, e norma difusa, tolerada sob impunidade; além de uma arquitetura relacional de atores que se dividem entre executores, habilitadores e beneficiários, capaz de explicar a recorrência, a variação de repertórios e a resiliência da prática. Na aplicação empírica, observou-se que picos de preço e eventos de dominação de minas e rotas de exploração mineral coincidem com a intensificação de estupros, pilhagem e deslocamentos; que cadeias de 3TG e ouro permanecem atravessadas por interferência armada; e que episódios paradigmáticos ilustram tanto o emprego centralizado do terror sexual para expulsão e garantia de corredores quanto sua difusão sob impunidade estrutural.

O trabalho reconhece limitações inerentes ao tema como bibliografia atual limitada, subnotificação de casos, lacunas de identificação causal estrita e dependência de registros administrativos e humanitários. Ainda assim, os padrões reconstruídos fixam uma gramática explicativa para compreender o fenômeno do terrorismo sexual como arma de guerra e sua recorrência na RDC. Dessa maneira, em diálogo com a pergunta central, a pesquisa confirma que a prática do terrorismo sexual opera em níveis (tático/estratégico/político) e em dupla modalidade (centralizada/difusa), articulada à economia política do conflito e potencializada tanto pela conjuntura social específica da RDC quanto por um sistema internacional desigual, marcado por relações centro-periferia, pelo capital e pela lógica das cadeias globais de produção, mantendo um cenário favorável não apenas às elites e grupos armados locais, mas também a países e corporações que se beneficiam da exploração na RDC.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACLED. **ACLED's Latest Data and Analysis on Democratic Republic of Congo**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://acleddata.com/country/democratic-republic-congo>.

ACNUR. **Displaced Families in DR Congo Face Daily Struggle for Survival**. Genebra: UNHCR, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/stories/displaced-families-dr-congo-face-daily-struggle-survival>.

ACNUR. **Refugee Data Finder**. Genebra: UNHCR, 2025. Disponível em: <https://www.unhcr.org/refugee-statistics>.

ALI, M. Mapping the Human Toll of the Conflict in DR Congo. **Al Jazeera**. 24 mar. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/24/mapping-the-human-toll-of-the-conflict-in-dr-congo>.

AMNESTY INTERNATIONAL. **“Our Brothers Who Help Kill Us”: Economic Exploitation and Human Rights Abuses in the East**. Londres: Amnesty International, 2003. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/afr62/010/2003/en/>.

AMNESTY INTERNATIONAL. **DRC: “They Said We Would Die” – M23 and Wazalendo Abuses in Eastern Congo**. Londres: Amnesty International, 2025. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/afr62/0145/2025/en/>.

AUTESSERRE, Séverine. Dangerous tales: dominant narratives on the Congo and their unintended consequences. **African Affairs**, v. 111, n. 443, p. 202–222, 2012.

BAAZ, Maria Eriksson; STERN, Maria. **Sexual Violence as a Weapon of War? Perceptions, Prescriptions, Problems in the Congo and Beyond**. Londres: Zed Books, 2013.

BAAZ, Maria Eriksson; STERN, Maria. Why do soldiers rape? Masculinity, violence, and sexuality in the armed forces in the Congo (DRC). **International Studies Quarterly**, v. 53, n. 2, p. 495–518, 2009.

BASTICK, Megan; GRIMM, Karin; KUNZ, Rahel. **Sexual Violence in Armed Conflict: Global Overview and Implications for the Security Sector**. Genebra: DCAF, 2007.

DR Congo is World “Rape Capital”. **BBC**. 2010. Disponível em: <https://news.bbc.co.uk/2/hi/8650112.stm>.

Escândalo Sexual no Congo Envolve Tropas da ONU. **BBC**. 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/08/060817_rdcongoexploracaoebc.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

BENNETT, Andrew; GEORGE, Alexander L. Case studies and social science. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

BERMAN, Nicolas; COUTTENIER, Mathieu; ROHNER, Dominic; THOENIG, Mathias. This mine is mine! How minerals fuel conflicts in Africa. **American Economic Review**, v. 107, n. 6, p. 1564–1610, 2017.

BROWN, Caitlin. Rape as a weapon of war in the Democratic Republic of the Congo. **Torture**, v. 22, n. 1, 2012.

BUSS, Doris E. Rethinking “rape as a weapon of war”. **Feminist Legal Studies**, v. 17, n. 2, p. 145–163, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **Respondendo ao 11 de Setembro: um retorno à segurança nacional? A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 341–383.

CARD, Claudia. Rape as a terrorist institution. **Feminist Ethics and Social Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CARLSEN, Erika. Rape and war in the Democratic Republic of the Congo. **Peace Review**, v. 21, n. 4, p. 474–483, 2009.

CARREL, M. et al. Changing spatial patterns and increasing rurality of HIV prevalence in the Democratic Republic of the Congo between 2007 and 2013. **Health & Place**, v. 39, p. 79–85, maio 2016.

CITY OF JOY – ONDE VIVE A ESPERANÇA. Direção: Madeleine Gavin. Produção: Allyson Luchak. [S.l.]: Netflix, 2016. Documentário (1h16).

DE VRIES, H. **Going Around in Circles: The Challenges of Peacekeeping and Stabilization in the Democratic Republic of the Congo**. Haia: Clingendael, ago. 2015.

DIXON, Robyn. U.N. force in Congo, MONUSCO, criticized as ineffective. **Los Angeles Times**, 22 dez. 2012. Disponível em: <https://www.latimes.com/world/la-xpm-2012-dec-22-la-fg-un-congo-20121223-story.html>.

DOLAN, Chris. **“War Is Not Yet Over”: Community Perceptions of Sexual Violence and Its Underpinnings in Eastern DRC**. Londres: International Alert, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FIRSING, Scott. **The Disengagement of MONUSCO in DRC: Did the UN Peacekeeping Mission Fail in the DRC?** Johannesburg: Institute for Global Dialogue, 2024.

GALVÃO, Daniela. **Mais de três milhões de mortos no Congo: uma guerra multifacetada (1998–2002)**. Associação Nacional de História, 2005.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 2002.

GLOBAL WITNESS. **Faced With a Gun, What Can You Do?** Londres: Global Witness, 2009.

GLOBAL WITNESS. **The ITSCI Laundromat.** Londres: Global Witness, 2022.

GLOBAL WITNESS. **Time to Dig Deeper.** Londres: Global Witness, 2017.

GROUP OF EXPERTS ON THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO. Reports | Security Council. Nova York: United Nations, [s.d.].

HANAI, K. Conflict minerals regulation and mechanism changes in the DR Congo. **Resources Policy**, v. 74, dez. 2021.

HARVEY, David. **The New Imperialism.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Soldiers Who Rape, Commanders Who Condone.** Nova York: Human Rights Watch, 2009.

HUMAN RIGHTS WATCH. **The War Within the War: Sexual Violence Against Women and Girls in Eastern Congo.** Nova York: Human Rights Watch, 2002.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Democratic Republic of Congo: Ending Impunity for Sexual Violence.** Nova York: Human Rights Watch, 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2024: Democratic Republic of Congo – Events of 2023.** Nova York: Human Rights Watch, 2024.

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION. **Democratic Republic of the Congo – Market Overview.** Washington, D.C.: U.S. Department of Commerce, 2024.

IPIS. **European Companies and the Coltan Trade: An Update.** Antuérpia: IPIS, 2002.

IPIS. **Analysis of the Interactive Map of Artisanal Mining Areas in Eastern Democratic Republic of Congo: 2023 Update.** Antuérpia: IPIS, 2023.

ITSCI. **Annual Report 2023 and Second Independent Alignment Assessment.** [S.l.]: ITSCI, 2024.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era.** Cambridge: Polity Press, 2012.

KIRCHNER, Susanne. **Wartime Rape: Sexual Terrorism in the Eastern Provinces of the Democratic Republic of Congo.** [S.l.]: GRIN Verlag, 2008.

KIVU SECURITY TRACKER (KST). **Eastern Congo Security Brief 2024.** Nova York: Human Rights Watch/NYU Congo Research Group, 2024.

KOERNER, Andrei. Direitos humanos: conceitos básicos. In: KOERNER, A.; ENDO, P.; VRECHE, C. (org.). **Debates Interdisciplinares sobre Direito e Direitos Humanos.** Campinas: BBC/Unicamp, 2022.

LAUDATI, Anne. Beyond minerals: broadening “economies of violence” in eastern DRC. **Review of African Political Economy**, v. 40, n. 135, p. 32–50, 2013.

LAUDATI, A.; MERTENS, C. Resources and rape: Congo's (toxic) discursive complex. **African Studies Review**, v. 62, n. 4, p. 57–82, 2019.

LAWSON, George; TARDELLI, Luca. The past, present, and future of intervention. **Review of International Studies**, v. 39, n. 5, p. 1233–1253, 2013.

Le BILLON, Philippe. **Wars of Plunder: Conflicts, Profits and the Politics of Resources**. Londres: Hurst, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. Subimperialismo, etapa superior do capitalismo. **Tensões Mundiais**, v. 10, n. 18–19, p. 43–65, 2014.

MATTHYSEN, Ken; GOBBERS, Eloïse. **Armed Conflict, Insecurity and Mining in Eastern DRC: Reflections on the Nexus Between Natural Resources and Armed Conflict**. Antuérpia: IPIS, 2022.

MAYSTADT, J.-F.; et al. Mineral resources and conflicts in DRC: a case of ecological fallacy? **Oxford Economic Papers**, v. 66, n. 3, p. 721–749, 2013.

MEGER, Sara. Rape of the Congo: understanding sexual violence in the conflict in the Democratic Republic of Congo. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 28, n. 2, p. 119–135, 2010.

MEGER, Sara. Toward a feminist political economy of wartime sexual violence. **International Feminist Journal of Politics**, v. 17, n. 3, p. 416–434, 2015. DOI: 10.1080/14616742.2014.941253.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS (MSF). **MSF survey shows scale of violence against displaced women in eastern DRC**. 2024. Disponível em: <https://www.msf.org/msf-survey-shows-scale-violence-against-displaced-women-eastern-drc>.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS (MSF). **For women in eastern DRC, nowhere is safe from sexual violence**. 2025. Disponível em: <https://www.msf.org/women-eastern-drc-nowhere-safe-sexual-violence>.

MULLER, T. **Mining and Conflict in the Eastern DRC: An Interactive Story Map**. Antuérpia: IPIS, [s.d.]. Disponível em: <https://ipisresearch.be/publication/mining-and-conflict-in-the-eastern-drc-an-interactive-story-map/>.

OECD. **Guidelines for MNEs – Mineral Supply Chain in the Eastern DRC**. Paris: OECD, [s.d.]. Disponível em: <https://mneguidelines.oecd.org/mineral-supply-chain-eastern-drc.htm>.

PANZI FOUNDATION. **Understanding Conflict Minerals in DRC**. [S.l.]: Panzi Foundation, [s.d.]. Disponível em: <https://panzifoundation.org/conflict-minerals-and-sexual-violence-in-the-drc/>.

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. **Constitution de la République Démocratique du Congo (18 févr. 2006, révision 2011)**. Kinshasa: Gouvernement de la RDC,

2011. Disponível em:

https://www.constituteproject.org/constitution/Democratic_Republic_of_the_Congo_2011.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. Loi n° 06/018 du 20 juillet 2006 modifiant et complétant le décret du 30 janvier 1940 portant Code pénal congolais. Journal Officiel, Kinshasa, 20 jul. 2006.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. Loi n° 06/019 du 20 juillet 2006 modifiant et complétant le Décret du 06 août 1959 portant Code de procédure pénale congolais. Journal Officiel, Kinshasa, 1° ago. 2006.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. Loi n° 09/001 du 10 janvier 2009 portant protection de l'enfant. Journal Officiel, Kinshasa, 12 jan. 2009.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. Loi n° 15/013 du 1er août 2015 portant modalités d'application des droits de la femme et de la parité. Journal Officiel, Kinshasa, 1° ago. 2015.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. Loi n° 16/008 du 15 juillet 2016 modifiant e completando a Lei n° 87-010 du 1er août 1987 portant Code de la famille. Journal Officiel, Kinshasa, 15 jul. 2016.

RIBEIRO, M. Soberania e responsabilidade internacional humanitária: avaliando o processo de ajuste normativo no âmbito da ONU. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2019. [informar volume, número, páginas e DOI].

SAINT-PIERRE, Héctor. A necessidade política e conveniência estratégica de se definir “terrorismo”. **Ideias**, v. 10, n. 2, p. 129–162, 2003.

SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 341–371, 2014.

SHEFFIELD, Carol J. The invisible intruder: women's experiences of obscene phone calls. **Gender & Society**, v. 3, n. 4, p. 483–488, 1989. DOI: 10.1177/089124389003004006.

SHENGO, Michel Lutandula; KIME, Meschac-Bill; MAMBWE, Matanda Pascal; NYEMBO, Trésor Kilwa. A review of the beneficiation of copper-cobalt-bearing minerals in the Democratic Republic of Congo. **Journal of Sustainable Mining**, v. 18, n. 4, p. 226–246, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jsm.2019.08.001>.

SULLIVAN, Daniel; ATAMA, Nathaniel. Digging In: **Recent Developments on Conflict Minerals**. Washington, D.C.: The Enough Project, 5 jan. 2010.

THE HEIDELBERG INSTITUTE FOR INTERNATIONAL CONFLICT RESEARCH (HIIK). **Conflict Barometer 2023**. Heidelberg: HIIK, 2024. Disponível em: <https://hiik.de/conflict-barometer/current-version/?lang=en>.

TROCHIM, William M. K. **The Research Methods Knowledge Base**. 2. ed. Cincinnati: Atomic Dog Publishing, 2001.

UNITED NATIONS. **MONUSCO**. Kinshasa: United Nations, 2014. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/en>.

UNITED NATIONS. **Security Council. Letter dated 3 July 2025 from the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council (S/2025/446)**. Nova York: United Nations, 3 jul. 2025. Disponível em: <https://undocs.org/S/2025/446>.

UNITED NATIONS OFFICE OF COUNTER-TERRORISM (UNOCT). **Gender Mainstreaming Policy and Action Plan**. Nova York: United Nations, 2022. Disponível em: https://www.un.org/counterterrorism/sites/www.un.org.counterterrorism/files/unoct_gender_mainstreaming_policy-2022.pdf.

WENNMANN, Achim. The political economy of conflict financing: a comprehensive approach beyond natural resources. **Global Governance**, v. 13, p. 427–444, 2007.

WERCHICK, Lisa; PRATT, Molly. **Sexual Terrorism: Rape as a Weapon of War in Eastern Democratic Republic of Congo – An Assessment of Programmatic Responses to Sexual Violence in North Kivu, South Kivu, Maniema, and Orientale Provinces**. Washington, D.C.: USAID, 2004. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pnadk346.pdf.

WIGHT, Martin. A intervenção. In: WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. 2. ed. Brasília: **Editores Universidade de Brasília**; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 193–203. Trad.: C. Sérgio Duarte.

YIN, Robert K. **Case Study Research: Design and Methods**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2009.